FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

UNIR

Curso de administração

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

CURSO DE ADMINISTRTAÇÃO

Outubro, 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – NUCS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CACOAL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Equipe de Elaboração:
Profa. Ms. Ângela de Castro Correa – Depto de Administração de Guajará-Mirim;
Prof. Esp. José Otávio Valiente – Depto de Administração de Guajará Mirim;
Prof. Ms. João Wagner Filho – Depto de Administração de Porto Velho;
Prof. Ms. Pedro Albino Aguiar – Depto de Administração de Porto Velho;
Prof. Ms. Geraldo Luis F. da Silva – Depto de Administração e Contabilidade de Cacoal;
Prof. Ms. Adriano Tumeler – Depto de Administração e Contabilidade de Cacoal;
Profa. Ms. Lucia Setsuko Ohara Yamada -

Coordenação:
Profa. Dra. Mariluce Paes de Souza – Depto de Administração de Porto Velho

Suporte Técnico:
Acad. Pedagogia: Bárbara Ortiz
Acad. Adm. Carla Cássia Amorim Figueredo
Acad. Adm. Rosecléa de Amorim Carvalho

Outubro, 2005

Ene Gloria da Silveira
Reitor

José Januário de Oliveira Amaral
Vice-Reitor

Nair Gurgel do Amaral
Pró-Reitora de Graduação

Theophilo Alves de Souza Filho
Diretor do Núcleo de Ciências Sociais

Antônio Sivieiro
Diretor do Campus Universitário de Cacoal

Túlio Andrade Carneiro
Diretor do Campus Universitário de Guajará-Mirim

Mariluce Paes de Souza
Coordenadora do Departamento de Administração em Porto Velho

Lucia Setsuko Ohara Yamada
Coordenadora do Departamento de Administração e Contabilidade em Cacoal

José Otávio Valiente
Coordenador do Departamento de Administração em Guajará-Mirim

Colegiado dos Cursos de Administração – Reunião Interdepartamental, realizada em 11.10.2005 – Porto Velho-RO.

Professores Presentes na Aprovação da Proposta:

Curso de Administração - Porto Velho:
Mariluce Paes de Souza, Sandra Magalhães, Edson Bonfim, Theophilo Alves de Souza Filho, Pedro Albino de Aguiar, João Wagner Filho, Francisco Cordeiro Junior;

Curso de Administração - Guajará-Mirim:
José Otávio Valente, Marcos GIlton M. Martins, Ângela Castro Correia, Oleides F. Oliveira, Túlio Andrade Carneiro;

Curso de Administração - Cacoal:
Adriano Tumeler, Antônio Siviero, Geraldo Luis F. da Silva, Geraldo S. Correia.

ÍNDICE

1. Apresentação 5
2. Introdução 6
3. Justificativa 7
4. O Estado de Rondônia 14
4.1 Principais Recursos 24
4.1.1 Recursos Naturais 24
4.1.2 Recursos Hídricos 24
4.1.3 Energia Elétrica 25
4.1.4 Uso da Terra 26
4.1.5 Vegetação e Fauna 27
4.2 Aspectos Socioeconômicos 28
4.2.1 Aspectos Populacionais 28
4.2.2 Dados Econômicos 28
5. Atuação da Universidade de Rondônia no Estado 35
5.1 Direcionadores Estratégicos 37
5.1 O Curso de Administração 38
5.2.1 Objetivos 39
5.2.2 Princípio Político- Pedagógico do Curso de Administração da UNIR 39
6. Matriz Curricular 45
6.1 Distribuição das Disciplinas 45
6.2 Distribuição da Carga Horária por Dimensão 48
6.3 Disciplinas Complementares 48
6.4 Disposição Gráfica das Disciplinas 50
6.5 Ementas das Disciplinas 53
7. Premissas Didático- Pedagógica 73
8. Interdisciplinaridade 75
9. Avaliação 76
10. Educação Continuada 79
11. Incentivo a Pesquisa Científica 82
12. Monitoria 82
13. Estágio Curricular Supervisionado- Laboratório Prática de Administração 82
14. Consultoria Júnior de Administração 83
15. Revista de Administração da UNIR 83
15.1 Benefícios Vislumbrados 84
16. Trabalho Final do Curso 85
17. Regimento Interno do Curso de Administração 85
18. Anexos 86

1. APRESENTAÇÃO

Ao apresentar o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia cumpri-se com o que determina a resolução n° 033/CONSEA, de 15 de março de 2005, principalmente quanto ao desafio de unificar as matrizes curriculares do Curso de Administração oferecido á sociedade rondoniense, nos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim e Cacoal.

Trata-se de uma proposta para atualização do modelo pedagógico do Curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia, o qual foi criado em 1980, ainda pela Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia – FUNDACENTRO para funcionar em Porto Velho e reconhecido pela Portaria Ministerial MEC 412/84 de 26/09/1984 e publicado no DOU em 28/09/1984. Esse projeto pedagógico está em conformidade com a resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.

O Curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia consolida-se através da formação de Bacharéis em Administração, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão em gestão de organizações, análises econômicas e financeiras e ainda, no processo de desenvolvimento regional, a partir do reconhecimento das condições sócio-políticas-ambientais, suas potencialidades, fragilidades e capacidade institucional.

A iniciativa de unificação das matrizes curriculares do Curso de Administração, trás em seu bojo a possibilidade de maior proximidade e integração com as atividades similares oferecidas em outros campi da UNIR, o que promove a democratização do ensino, pesquisa e extensão de nível superior do Estado de Rondônia.

O Curso de Administração tem a capacidade de contribuir com o progresso do desenvolvimento sócio-econômico da Região Norte, a partir da melhoria dos indicadores de sustentabilidade do Estado de Rondônia.

2. INTRODUÇÃO

A educação formal universitária se constitui em um dos primordiais instrumentos utilizados na construção do desenvolvimento sustentável, na certeza de que qualquer processo construtivo inicia pelo ser humano e suas capacidades.

As principais ações governamentais aplicadas pelo Estado, em diversos países, têm como um dos fatores estratégicos primordiais, para seu desenvolvimento, o investimento maciço na formação de recursos humanos.

Nesse contexto insere-se o ensino de administração com suas características técnicas e sociais específicas do seu abrangente e enriquecido conteúdo, levando a hipótese de circunscrever o fenômeno da permanência das várias organizações no mercado, através da compreensão efetiva do surgimento das necessidades ambientais internas e externas, como meio de manutenção e crescimento dos índices de emprego e renda da Região Norte do Brasil.

O administrador busca no exercício de sua profissão, em nome dos proprietários, sócios, acionistas ou administração pública, retorno satisfatório para os investimentos e a maximização da riqueza. Nessa lógica o conceito vai além do lucro, mas também inclui uma perspectiva de longo prazo de históricos de riscos e retornos tudo transformado em ações gerenciais oportunas. Note-se que esse processo de enriquecimento como em uma empresa, LTDA ou SA, ocorre também em cooperativas, organizações não governamentais ou ainda, serviços de utilidades, como nos governos municipal, estadual ou federal.

Em estágio mais avançado, qualquer organização, pública ou privada, grande, média ou de pequeno porte, necessitará das técnicas administrativas e de pessoas com responsabilidade pelas decisões, os quais detêm a autoridade de fazê-la avançar na direção de seus objetivos, quer seja em negócios, de natureza privada, administração pública ou qualquer outro ramo da atividade econômica ou social. A qualidade de seus administradores é um dos determinantes para o sucesso do empreendimento, seja na antecipação das mudanças, exploração de oportunidades ou correção de problemas.

É na preparação desses profissionais da administração que as universidades, através de seus cursos de administração, devem responder aos anseios de empresários e gestores

de órgãos ou entidades públicas que buscam ajustarem-se às novas exigências da conjuntura econômica, social, política e tecnológica do novo século. As exigências para o exercício profissional do administrador no novo milênio apontam para a necessidade de uma visão generalista da administração, sustentável, adaptável às transformações ambientais, aplicáveis a um quadro de referências de valores, de comportamento e de cultura humana nas entidades e na sociedade, com o senso de oportunidade, de percepção do contexto, de visão dos negócios, de prontidão para as contingências e de capacidade de síntese.

Essa conscientização estimula a Universidade Federal de Rondônia, a participar do esforço nacional, preparando profissionais da administração que possam atuar na gestão das organizações, suprindo o mercado regional com talento gerencial. Esses administradores não serão meramente treinados para o exercício de suas missões, serão acima de tudo educados. A administração, como disciplina, é situacional, possui poucas leis ou princípios, por isso, é necessário que seus profissionais sejam educados.

Para tanto, o presente trabalho fornece os subsídios necessários ao processo de renovação do projeto pedagógico do Curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Para tanto, apresenta-se a justificativa, ressalta-se a importância do curso para a Região Norte do País e através de levantamentos estatísticos, a respeito de dados populacionais, econômicos, sociais e educacionais destaca-se a história e as potencialidades do Estado.

O histórico da Universidade e do curso ganha destaque, estabelecendo-se a ligação com a proposta de modernização e os direcionadores estratégicos e princípios político-pedagógicos, para então serem delineados os objetivos geral e específicos, o perfil do profissional de administração egresso da UNIR, a matriz curricular e as diretrizes de funcionamento do Curso.

3. JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal de Rondônia – UNIR, insere-se na Região Amazônica, estando sob sua influência mais direta uma área geográfica que abrange municípios próximos aos *Campi* da Universidade. A política de interiorização e de regionalização adotada pela UNIR teve como uma das suas principais decisões a criação dos Campi

Universitários de Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena que em sua abrangência são considerados relevantes fontes de desenvolvimento para as cidades vizinhas.

Esse espaço geoambiental destacou-se por um contexto econômico e social construído historicamente com o desenvolvimento inicial da atividade de extração do látex e da cassiterita, sendo posteriormente complementado com o plantio de lavoura de café, formação de pastagem para o rebanho bovino e por último, nesse mesmo período, deu-se início às instalações de indústrias madeireiras complementado com o capital: comercial, industrial e financeiro em permanente processo de desenvolvimento das forças produtivas.

O rebanho bovino continuou em ascensão formando assim uma grande bacia leiteira.

O Estado de Rondônia tornou-se um estado com vocação agropecuária destacando-se culturas como: pupunha, cacau, café, seringa, cultivo de soja e uma diversidade de cereais, frutos, verduras, legumes e piscicultura e bovino de leite e corte.

Para se compreender a importância da Universidade Federal de Rondônia – UNIR e mais especificamente do Curso de Administração, faz-se necessária uma caracterização, ainda que resumida, da sua área de abrangência, buscando-se enfatizar os aspectos geoambientais das diversas unidades componentes relacionando-os com o uso desses recursos pelo homem.

Em sua abrangência geográfica o Estado de Rondônia encerra municípios localizados em várias unidades geoambientais com relevo pouco acidentado, não apresentando grandes depressões ou elevações, com diferenças de altitudes que vão de 70 metros, chegando ao máximo aproximado de 800 metros. A região norte e noroeste que pertence à grande Planície Amazônica situam-se no vale do rio Madeira e apresenta áreas de terras baixas e sedimentares, portanto, as áreas mais acidentadas encontram-se localizadas no divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios Guaporé-Mamoré com as bacias do Madeira e Machado, onde ocorrem as maiores elevações e depressões do espaço geográfico do Estado.

Dentre as áreas que apresentam as menores altitudes encontra-se a Capital do Estado de Rondônia, Porto Velho, cujas medidas variam em torno de 90 e 200 metros.

A riqueza da floresta rondoniense proporciona a extração de madeiras, tanto para consumo interno quanto para exportação. As indústrias madeireiras de maior porte estão

atualmente instaladas em Ji-Paraná, Ariquemes, Buritis, Rolim de Moura, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé.

O espaço territorial de Rondônia com 237.576 Km2 é composto por porções de terras férteis adequadas à produção agrícola que por sua vez teve destaque após o início do desmatamento, substituindo a floresta pelo cultivo de lavouras de arroz, feijão, milho, banana, cacau, e principalmente pela lavoura de café. O Quadro nº 01 demonstra respectivamente a produção agrícola das principais culturas no Estado em relação aos demais estados da Região Norte.

QUADRO Nº 01 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA REGIÃO NORTE - SAFRA: 2004/2005 - POSIÇÃO DE RONDÔNIA: JUNHO/2005 – POSIÇÃO DOS DEMAIS ESTADOS ABRIL/2005

ARROZ			
ESTADO	Produção(t)	Part. Reg(%)	RANKING
PARÁ	682.641	43,26	1
TOCANTINS	479.652	30,40	2
RONDÔNIA	**218.164**	**13,83**	**3**
RORAIMA	136.630	8,66	4
ACRE	36.228	2,30	5
AMAZONAS	20.591	1,30	6
AMAPÁ	4.005	0,25	7
TOTAL	1.577.911	100	
MILHO			
ESTADO	Produção(t)	Part. Reg(%)	RANKING
PARÁ	570.840	52,43	1
RONDÔNIA	**251.043**	**23,06**	**2**
TOCANTINS	150.570	13,83	3
ACRE	65.942	6,06	4
AMAZONAS	24.986	2,30	5
RORAIMA	24.000	2,20	6
AMAPÁ	1.330	0,12	7
TOTAL	1.088.711	100	
FEIJÃO			
ESTADO	Produção(t)	Part. Reg(%)	RANKING
PARÁ	63.829	49,67	1
RONDÔNIA	**44.484**	**34,62**	**2**
ACRE	8.681	6,76	3
TOCANTINS	5.680	4,42	4
AMAZONAS	4.567	3,55	5

RORAIMA	658	0,51	6
AMAPÁ	600	0,47	7
TOTAL	128.499	100	
CAFÉ			
ESTADO	Produção(t)	Part. Reg(%)	RANKING
RONDÔNIA	**104.257**	**81,30**	**1**
PARÁ	20.697	16,14	2
ACRE	3.288	2,56	3
AMAZONAS	-	-	-
RORAIMA	-	-	-
AMAPÁ	-	-	-
TOCANTINS	-	-	-
TOTAL	128.242	100	
MANDIOCA			
ESTADO	Produção(t)	Part. Reg(%)	RANKING
PARÁ	4.598.172	66,88	1
AMAZONAS	750.548	10,92	2
ACRE	570.674	8,30	3
RONDÔNIA	**474.588**	**6,90**	**4**
TOCANTINS	323.850	4,71	5
AMAPÁ	80.060	1,16	6
RORAIMA	77.190	1,12	7
TOTAL	6.875.082	100	
BANANA			
ESTADO	Produção(t)	Part. Reg(%)	RANKING
PARÁ	540.312	49,04	1
AMAZONAS	354.433	32,17	2
ACRE	78.027	7,08	3
RONDÔNIA	**56.027**	**5,09**	**4**
RORAIMA	36.454	3,31	5
TOCANTINS	33.830	3,07	6
AMAPÁ	2.635	0,24	7
TOTAL	1.101.718	100	
CACAU			
ESTADO	Produção(t)	Part. Reg. (%)	RANKING
PARÁ	32.804	62,37	1
RONDÔNIA	**18.592**	**35,35**	**2**
AMAZONAS	1.202	2,29	3
RORAIMA	-	-	-
AMAPÁ	-	-	-
ACRE	-	-	-

TOCANTINS	-	-	-
TOTAL	52.598	100,00	
SOJA			
ESTADO	Produção(t)	Part. Reg. (%)	RANKING
TOCANTINS	883.003	71,16	1
RONDÔNIA	**221.310**	**17,83**	**2**
PARÁ	136.585	11,01	3
ACRE	-	-	-
RORAIMA	-	-	-
AMAPÁ	-	-	-
AMAZONAS	-	-	-
TOTAL	1.240.898	100,00	

FONTE: GRUPO DE COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE RONDÔINA - GCEA/IBGE

Composto por uma vasta bacia hidrográfica o que desencadeia a viabilidade da construção de lagos artificiais para criação de peixes em cativeiro, através de solos apropriados, alimentação substancial e drenagem d'água, o Estado de Rondônia já conta com estações de piscicultura capazes de produzir 10 milhões de alevinos/ano sendo a principal espécie o Tambaqui. O consumo *per capita* do Estado corresponde aproximadamente a 9Kg/ano, gerando uma demanda de 13.7 mil toneladas/ano. A piscicultura gera aproximadamente 2 mil empregos, sendo as regiões onde concentram-se os maiores produtores são localizados em: Ariquemes, Vilhena, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Porto Velho, Presidente Médici e Ji-Paraná.

Atualmente a pecuária de Rondônia vem crescendo a níveis mais representativos que os elaborados por qualquer estimativa histórica, com um rebanho total de bovinos com 10.2 milhões de cabeças de gado de corte e leite, dados de 2005. Os principais frigoríficos instalados no Estado encontram-se: Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena.

A produção de leite é a grande responsável pelo embasamento da economia de muitos municípios como é o caso de Jaru, Ouro Preto do Oeste e Ji-Paraná as maiores bacias leiteiras do Estado. Considerada expressiva, a produção de derivados do leite (principalmente queijos e manteiga) abastece o mercado interno e outra parte é comercializada nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do país. O quadro nº 02 demonstra o *ranking* de rebanho bovino e bubalinos no Estado, de 2002 a 2005.

QUADRO Nº 02 - REBANHO TOTAL DE RONDÔNIA - BOVINOS E BUBALINOS

MUNICÍPIO	2002	2003	2004	2005	RANKING
Jaru	436.300	473.245	504.120	505.167	1º
Ji-Paraná	445.050	458.981	488.626	484.752	2º
Porto Velho	338.357	400.092	427.102	479.936	3º
Cacoal	363.657	408.234	442.907	438.247	4º
Ariquemes	383.335	418.289	438.843	436.343	5º
Espigão D'Oeste	306.830	333.746	388.561	385.333	6º
Alta Floresta	307.362	304.501	356.739	357.617	7º
Ouro Preto D'Oeste	295.665	333.064	351.700	345.704	8º
Pimenta Bueno	240.281	262.371	317.290	305.849	9º
Chupinguaia	319.307	315.298	327.418	292.912	10º
Presidente Médici	255.433	274.581	288.946	287.428	11º
São Francisco	145.214	212.196	267.271	274.753	12º
Buritis	176.581	209.341	258.983	273.945	13º
Corumbiara	276.328	283.556	281.207	270.932	14º
Cacaulândia	179.259	210.493	231.191	247.602	15º
Rolim de Moura	204.599	232.344	237.809	238.577	16º
Alvorada D'Oeste	195.151	219.190	236.953	234.897	17º
Nova Mamoré	132.889	167.778	216.651	234.706	18º
Theobroma	184.428	212.596	233.603	223.202	19º
Colorado D'Oeste	200.277	227.135	227.056	214.960	20º
São Miguel	125.090	170.035	201.245	207.374	21º
Jorge Teixeira	130.821	171.247	197.981	201.787	22º
Monte Negro	148.610	172.021	199.424	199.927	23º
Nova Brasilândia	148.214	149.231	179.982	186.617	24º
Machadinho	96.969	127.539	166.981	183.337	25º
Campo Novo	94.802	124.740	165.080	178.917	26º
Santa Luzia	159.683	168.574	178.589	175.913	27º
Seringueiras	106.652	140.224	163.639	168.611	28º
Alto Paraíso	91.275	111.927	147.404	159.686	29º
Candeias do Jamari	109.382	128.282	143.422	152.704	30º
Vale Paraíso	124.191	157.309	150.533	150.774	31º
Urupá	112.269	127.559	139.544	141.624	32º
Parecis	95.259	117.125	136.187	139.173	33º
Alto Alegre Parecis	88.986	107.765	119.050	132.620	34º
Rio Crespo	96.971	109.821	130.874	126.475	35º
Novo Horizonte	106.019	110.891	132.619	123.375	36º
Cabixi	135.582	130.276	126.538	120.807	37º
Castanheiras	145.301	118.279	124.904	120.614	38º

Nova União	101.559	107.855	119.486	118.231	39º
Vilhena	108.511	116.620	121.369	116.595	40º
M. Andreazza	81.916	92.776	108.374	108.252	41º
Vale do Anari	70.006	77.039	100.079	104.738	42º
Guajará Mirim	80.643	90.697	101.694	104.210	43º
Pimenteiras	93.621	104.237	109.900	103.456	44º
São Felipe	61.658	98.484	99.105	97.607	45º
Mirante da Serra	77.248	89.361	99.736	96.975	46º
Cerejeiras	105.718	101.192	95.513	88.798	47º
Teixerópolis	74.991	79.667	86.556	87.383	48º
Cujubim	48.459	63.006	83.200	87.078	49º
Costa Marques	48.317	62.196	79.156	86.657	50º
Primavera	96.500	77.793	74.738	74.352	51º
Itapuã D'Oeste	54.864	60.426	70.215	73.839	52º
TOTAL	8.170.090	9.147.980	10.171.973	10.246.201	

Fonte: IDARON. 2005.

Os tipos de indústrias que vêm ressaltando o desenvolvimento e o requinte da produção mecânica e automática, dando ênfase a tecnologia, despontando com maior destaque para exportação, são: frigoríficos, laticínios, couros, móveis e indústrias madeireiras de laminados.

A indústria do turismo vem se firmando como uma das atividades econômicas que no longo prazo pode tomar peso, dado a sua importância em termo de divulgação e negócios trazidos para a região. Com destaque principalmente para os fatores tais como o patrimônio natural e histórico-cultural e turismo de eventos, agregados a uma estrutura que vem crescendo pouco a pouco, tanto por iniciativa do governo do Estado e municípios como por iniciativa particular.

De acordo com a EMBRATUR, o segmento do turismo mais promissor para Rondônia é o do ecoturismo. Os pólos de ecoturismo estão localizados ao longo da área de abrangência dos Rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Machado.

Como atrativos históricos e culturais que contribuem para a valorização da região e consequentemente para o incremento do turismo, os mais tradicionais existentes no Estado, são: Real Forte Príncipe da Beira, Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Reservas Extrativistas, a cultura indígena e os sítios arqueológicos.

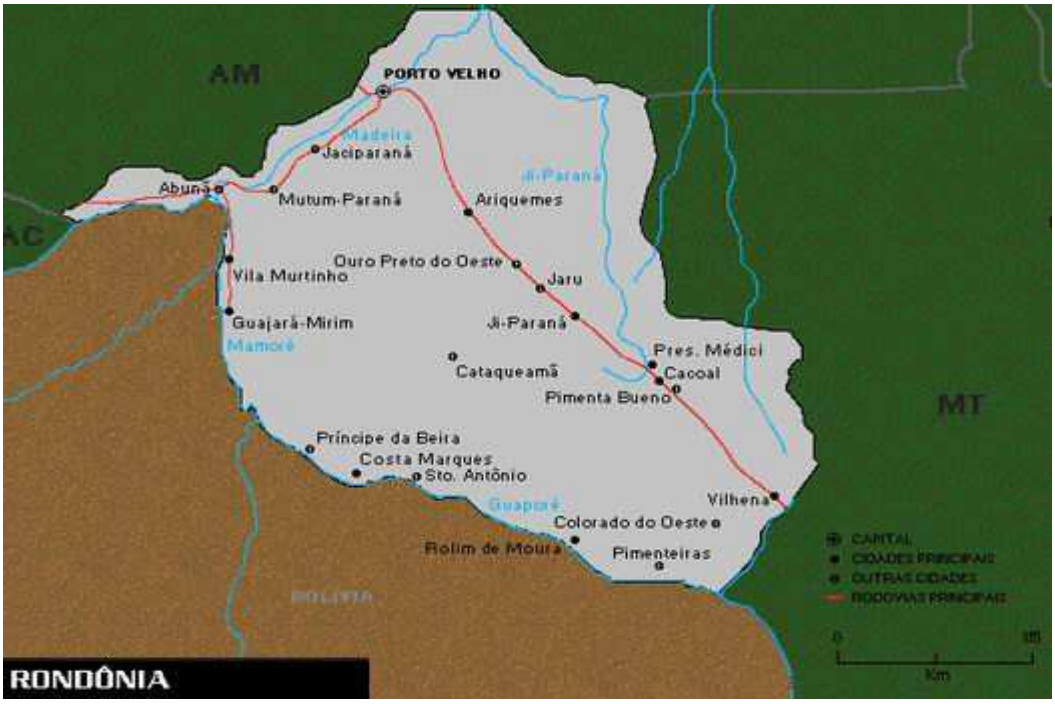
Os principais municípios com potencial para turismo são: Ariquemes, Cacaulândia, Costa Marques, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Pimenteiras, Porto Velho e Vilhena. (FIERO/SEBRAE-RO/GOVERNO DO ESTADO).

O estudo e pesquisa das características socioeconômicas e ambientais da região de abrangência da Universidade, bem como a reflexão sobre as tendências atuais da dinâmica capitalista, com suas nuanças de globalização, mundialização, neoliberalismo e a própria questão das relações de trabalho explicitam de forma definitiva a importância de um curso de graduação em administração que, preocupado com as questões universais, repense cotidianamente a realidade regional.

4. O ESTADO DE RONDÔNIA

O Estado de Rondônia possui uma área de 238.512,80 km² e está localizado entre os paralelos 7° 58' e 13° 43' de Latitude Sul e os mer idianos 59° 5' e 66° 48' de Latitude Oeste de Greenwich. Conforme o mapa 1, abaixo, está limitado ao Norte com o Estado do Amazonas, a Noroeste com o Estado do Acre, a Oeste com a República da Bolívia e a Leste e Sul com o Estado do Mato Grosso (Atlas, 2002).

Mapa 1: Limites do Estado do Rondônia e principais Bacias Hidrográficas



FONTE: http://www.portalbrasil.net/estados_ro.htm.

No século XVII, a ocupação da região é iniciada com as “Entradas e Bandeiras”, que buscavam mão-de-obra indígena, ouro especiarias e pedras preciosas, tendo como destaque a “Bandeira” comandada por Raposo Tavares (1598-1658), que partiu de São Paulo em 1647 para o Mato Grosso, atingindo os rios Guaporé e, através dele, o Mamoré, chegando por este até o rio Madeira, atingindo o rio Amazonas, chegando a Belém em 1650. No início desse século, muitos grupos indígenas migraram para o interior fugindo ao contato com o colonizador português, entrando em disputa por territórios com outros grupos já estabelecidos (Atlas, 2002; Teixeira e Fonseca, 2001).

Os portugueses, também saindo de Belém, sobem os rios Madeira, Mamoré e Guaporé e chegam a Cuiabá. A descoberta do ouro em Cuiabá e Vila Bela marcam a presença constante desses colonizadores na região e provoca a alteração do Tratado de Tordesilhas[1], entre 1722 e 1747, redimensionando os limites entre Portugal e Espanha. Portugal passa a deter a posse e a defesa dos limites territoriais da região (Atlas, 2002;

[1] Foi firmado em 1494 por D. João II, rei de Portugal. “*A linha de Tordesilhas, no Brasil, passaria ao norte pelas proximidades de onde hoje é a cidade de Belém (Pará) e ao sul próxima à atual localidade de Laguna, ou seja, toda a Amazônia seria território espanhol*” (Teixeira e Fonseca, 2001, p. 37). Contudo, os portugueses avançaram mais rumo ao oeste do meridiano de Tordesilhas.

Teixeira e Fonseca, 2001). Após a entrada das Bandeiras e o mapeamento dos rios (Madeira, Guaporé e Mamoré), naqueles anos os limites entre Portugal e Espanha foram redefinidos pelos Tratados de Madri e Santo Ildefonso, ficando com Portugal a posse definitiva e a defesa dos limites da região". Em 1781 foram feitas as demarcações da área (http://www.rondonia.ro.gov.br/secretarias/seplad/Diag-2002).

Ainda no século XVII, Portugal estabeleceu uma cadeia de fortificações na fronteira norte e oeste, concluída no século XVIII, como o Forte Príncipe da Beira, o de Coimbra e o de Macapá. A consolidação da política de guarda e defesa do vale do Guaporé foi um projeto de Marques de Pombal e uma ação do quarto Capitão-General, Dom Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governante da capitania de Mato Grosso entre 1777 e 1789, que construiu o Forte entre 1776 e 1783. A construção foi marcada pela falta de material, trabalhadores desqualificados, por epidemias decorrentes de doenças tropicais como a malária, febres tifo e amarela, pneumonias, etc., e por uma infra-estrutura sanitária precária, falta de remédios, de boa alimentação e de higiene. Era ponto vital da política colonial portuguesa a guarda militar das fronteiras para prevenir invasões dos espanhóis, ou tentativas de conquistas de novas regiões (Teixeira e Fonseca, 2001).

Em relação à economia Amazônica, no século XVIII, até meados de 1860, estava em crise, com a queda, principalmente, da exportação do cacau e borracha.

No século XIX, aumenta a demanda do mercado internacional pela borracha nativa, novas áreas de extrativismo são incorporadas, avançando para os afluentes do Amazonas (Oeste), ocorrendo o chamado "primeiro Ciclo da Borracha", perdurando até a segunda década do século XX. Este ciclo trouxe um contingente de mão-de-obra para a exploração do látex nas florestas nativas, ocasionando transformações regionais. Os colonizadores avançaram sobre os seringais nativos do Madeira, Mamoré, Guaporé, Purus, Juruá e afluentes, encontrando grupos indígenas nativos, ou remanescentes do contado com o europeu, que os atacavam. Este I Ciclo levou à ocupação de parte do território boliviano, por brasileiros, ocasionando um conflito internacional.

Dessa forma, em 1903, a ocupação do território boliviano por brasileiros fez consumar o Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro daquele ano, envolvendo o Brasil e a Bolívia. Este "*país renunciava aos direitos sobre o território em litígio mediante o pagamento, pelo beneficiário, de uma indenização de 2.000.000 de libras esterlinas. O*

artigo VII daquele Tratado obrigava ao Brasil construir uma ferrovia... "(Teixeira e Fonseca, 2001, p. 137). A construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) visava viabilizar o acesso da Bolívia ao rio Madeira, com destinação ao Oceano Atlântico, sendo a ferrovia concluída em 1912, numa extensão de 360 km, ligando Guajará-Mirim a Porto Velho. Estes municípios foram criados, respectivamente, em 1914 e 1928, desmembrados dos Estados do Amazonas e Mato Grosso. Em 1943, o Governo Federal, com a intenção de povoar e colonizar as áreas de fronteiras criou os Territórios Federais, a exemplo, o Território Federal do Guaporé[2]. Inicialmente, o território era formado por quatro municípios: Lábrea e Porto Velho, que pertenciam ao Estado do Amazonas, e Alto Madeira e Guajará-Mirim, ligados ao Estado do Mato Grosso. Em 1944, o município de Lábrea foi excluído da formação do Território e devolvido ao Amazonas, dada a dificuldade de comunicação com os demais municípios – acesso apenas fluvial. Em 1945, o município do Alto Madeira foi incorporado ao de Porto Velho. Em 1956, aquele Território passa a denominar-se Território Federal de Rondônia, que em final da década de 40, possuía uma população de 36.935 habitantes (Atlas, 2002).

Ressalta-se aqui que, entre os anos de 1877 e 1900, 158 mil pessoas imigraram para esta região, atraídas pela exploração da borracha. Entre os anos de 1907 e 1912, vieram mais 22 mil pessoas para trabalharem na construção da EFMM. Em 1920, com o término do I Ciclo da Borracha, milhares de pessoas emigraram para outras regiões e países e, em 1940, o número de habitantes não chegava a 21 mil (Atlas, 2002)..

Quanto à EFMM, sua construção foi iniciada em 1871, sob a direção de George Earl Church, a Madeira-Mamoré Railway Co. Ltda. Foi contratada a firma norte-americana P&T. Collins (Filadélfia), que contratou mão-de-obra especializada/não especializada[3] de diversos países[4]. A empresa abandonou a obra em 1879, após assentar 7 km da ferrovia. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, foi novamente discutida a viabilidade da construção da ferrovia e, em 1907, a obra é reiniciada. A concessão para a construção da EFMM foi vendida pelo engenheiro Joaquim Catramby que contratou a

[2] Criado como conseqüência do acordo de Washington, assinado em 1942, que incluía a compra de toda a produção de borracha brasileira.

[3] Estudos demonstram que nessa etapa foram "importados" no ano de 1910: "*1.636 brasileiros e portugueses, 2.211 antilhanos e barbadianos, 1.450 espanhóis mais 299 pessoas de nacionalidade desconhecida, totalizando 5.596 trabalhadores não qualificados*" (Teixeira e Fonseca, 2001, p. 141).

[4] Quase mil trabalhadores, dentre eles os barbadianos (negros caribenhos), italianos, norte-americanos, ingleses, gregos, hindus, espanhóis, portugueses, etc.

construção ao norte-americano Percival Farquhar. Neste ano, a empreiteira May, Jekyll & Randolph Co. Ltda reinicia a obra e a conclui em 1912. Entre os anos de 1907 e 1912, a MMRCL recrutou 21.783 trabalhadores de várias partes do mundo (Teixeira e Fonseca, 2001).

Além da ferrovia, o incremento da ocupação da região foi também influenciado pela rede telegráfica entre Cuiabá e Porto Velho, a partir de 1915, tendo como principal agente da missão de ocupação o então coronel Cândido Mariano da Silva Rondom, que utilizou mão-de-obra do sul do país e migrantes eventuais. Nas localidades onde os postos eram instalados foram instalando-se povoados.

Nesse tempo, contudo, até os anos 40, as exportações de borracha caem[5], mas, com a II Guerra Mundial[6] há o interesse norte-americano na reativação da produção de borracha amazônica, iniciando um novo período: II Ciclo da Borracha (Atlas, 2002; Teixeira e Fonseca, 2001).

Nesse período (Guerra) houve intensa migração nordestina destinada a satisfazer o novo crescimento da demanda de borracha, os chamados "soldados da Borracha". Porém, a intensa migração para a Amazônia visando satisfazer ao interesse norte-americano serviu para aumentar os conflitos, ocasionando a destruição do indígena em vários aspectos.

Com II Guerra Mundial e a necessidade de recuperação da exploração da borracha, a região atrai novos imigrantes e nesse período a população se aproxima de 37 mil habitantes. Porém, na década de 50, com a descoberta e exploração de vários minerais (metais, pedras preciosas e cassiterita), com a intensa migração de colonos que buscavam terras para a agricultura, e com a abertura da BR 364, consolidada em 1968, que fortaleceu a entrada de grileiros e posseiros, que afugentavam os indígenas para o interior, ocupando seu território, o processo de destruição da população nativa foi fortalecido (Teixeira e Fonseca, 2001).

De 1950 a 1960, a população se aproxima de 70 mil habitantes e, nos anos 70, de 111 mil, decorrente, principalmente, da consolidação da BR 364. Com a BR, surge na região um novo ciclo econômico, o "Ciclo Agrícola", iniciando o fortalecimento do futuro Estado

[5] Decorrente da implementação da produção da borracha na Malásia e seu sucesso, e a descoberta da borracha sintética originada do petróleo. De 1910 a 1940, a região passou por um período de estagnação.
[6] A Malásia fica isolada da Europa devido a ocupação do sudeste Asiático pelos japoneses.

de Rondônia, criado em 1981[7], conforme mapa 2, a seguir, como produtor agropecuário na Amazônia.

Mapa 2: BR 364 em Rondônia

Fonte: http://www.brasilrepublica.hpg.ig.com.br/rondonia.htm

O Ciclo Agrícola foi marcado por investimentos federais vultosos em projetos de colonização e de intensificação do fluxo migratório, ocasionando a rápida formação de aglomerados urbanos e a efetiva, contínua e intensa ocupação de áreas ao longo da BR 364, dificultando uma ação governamental ordenada e planejada. (Atlas, 2002).

A partir da década de 70, expandiu-se, significativamente, o fluxo migratório de várias regiões do país para o território e foram criados a partir de então vários outros municípios, conforme quadros 1, 2 e 3, a seguir.

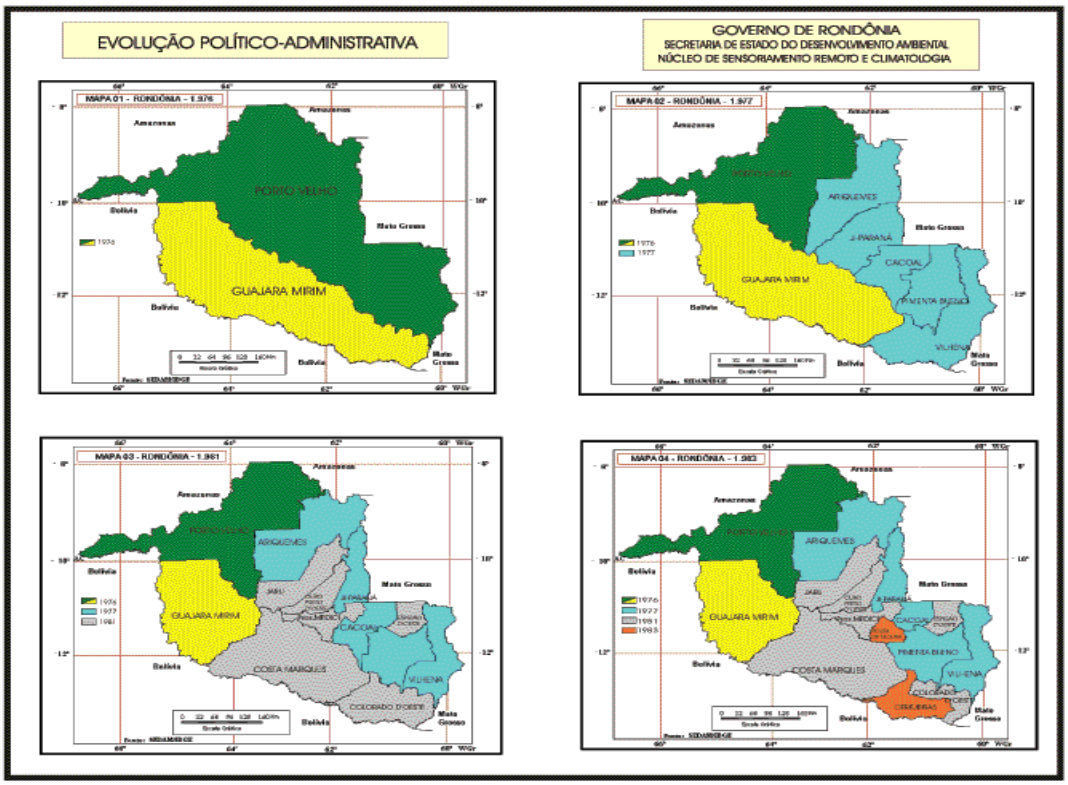
QUADRO 1: Evolução da divisão política do Estado

[7] O Território Federal de Rondônia passa a Estado.

DATA CRIAÇÃO	LEI	MUNICÍPIO
1914		Porto Velho
1928		Guajará-Mirim
11/10/1977	6.448	Ariquemes, Ji-Paraná (ex Vila Rondônia), Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena.
16/06/1981	6.921	Colorado do Oeste, Espigão do Oeste, Presidente Médice, Ouro Preto do Oeste, Jaru e Costa Marques.
ESTADO DE RONDÔNIA **Criado em 22/12/1981 – pela Lei Complementar nº 41. Instalado em 04/01/1982.**		
05/08/1983	Dec. Est. nº 078	Cerejeira e Rolim de Moura.
11/05/1986	Lei nº 10	Santa Luzia do Oeste
20/05/86	Lei nº 103	Alvorada do Oeste
20/05/86	Lei nº 104	Alta Floresta.
19/06/87	Lei nº 157	Nova Brasilândia do Oeste
11/05/88	Lei nº 198	Machadinho do Oeste
07/06/88	Lei nº 200	São Miguel do Guaporé
07/06/88	Lei nº 201	Cabixi
15/06/88	Lei nº 202	Nova Mamoré
13/02/1992	Lei nº 378	Monte Negro
	Lei nº373	Governador Jorge Teixeira
	Lei nº 364	Jamari (depois Itapuã)
	Lei nº 368	Urupá
	Lei nº 369	Mirante da Serra
	Lei nº 372	Ministro Andreazza
13/02/1992	Lei nº 371	Theobroma
	Lei nº 375	Alto Paraíso
	Lei nº 376	Rio Crespo
	Lei nº 379	Campo Novo de Rondônia
	Lei nº 377	Corumbiara
	Lei nº 370	Seringueiras
	Lei nº 363	Candeias do Jamari
	Lei nº 374	Cacaulândia
	Lei nº 365	Novo Horizonte do Oeste (então Cacaieiros)
	Lei nº 367	Vale do Paraíso
	Lei nº 366	Castanheira
22/06/1994	Lei nº 566	Nova União
	Lei nº567	São Felipe do Oeste
	Lei nº 568	Cujubim
	Lei nº 569	Primavera de Rondônia
	Lei nº 570	Alto Alegre dos Parecis
	Lei nº 571	Teixerópolis

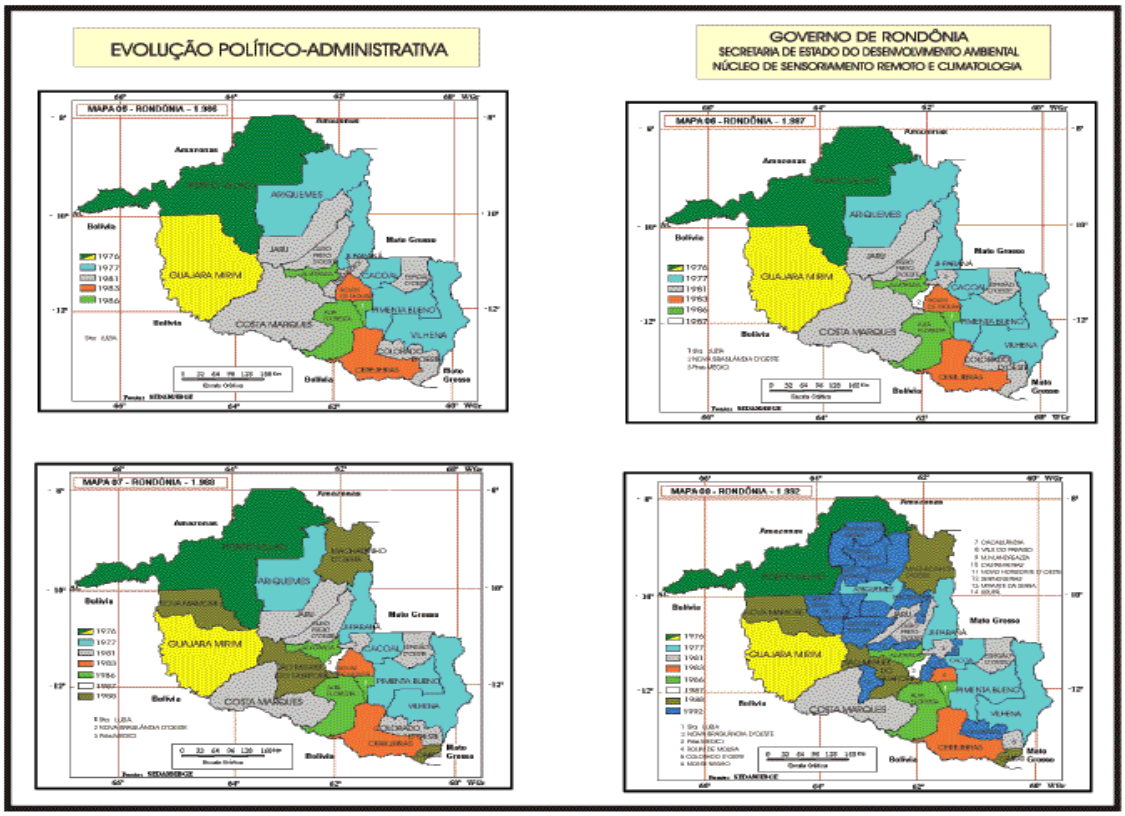
	Lei nº 572	Vale do Anari
	Lei nº 573	Parecis
1995	Lei nº 644	Chupinguaia e São Francisco do Guaporé
	Lei nº 645	Pimenteiras do Oeste e Buritis

Quadro 2: Mapas 1, 2, 3 e 4 da evolução da divisão política do Estado



FONTE: Atlas Digital, 2003, p. 22.

Quadro 3: Mapas 5, 6, 7 e 8 da evolução da divisão política do Estado



Um fato que contribuiu para o processo de imigração é que, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, iniciava a modernização no campo e as tradicionais práticas de cultivo de café foram substituídas por plantações mecanizadas, em larga escala, de soja trigo e cana-de-açúcar, reduzindo a quantidade de mão-de-obra necessária e forçando sua imigração para outras regiões, inserida aqui Rondônia, e para as grandes metrópoles. O governo também viu nas regiões de fronteira uma forma de reduzir o êxodo rural-urbano.

A ocupação e colonização recentes do Estado de Rondônia fizeram, portanto, parte de uma "*estratégia de governo brasileiro no sentido de ampliação das condições para a expansão do capital na economia brasileira, fundamentada na economia de mercado, que preconizava a ocupação da fronteira por meio de uma política de integração nacional*" (Atlas, 2002, p. 26), o que levou aos investimentos financeiros em programas e projetos de infra-estrutura econômica e social, transformando a Amazônia numa fronteira produtiva e inserida no mercado, visando, além da ocupação dos espaços, solucionar problemas externos à região: uma reforma agrária no Centro-Sul do país.

A qualidade do solo de Rondônia e sua adequação à agricultura, conforme estudos preliminares, e a descoberta de reservas madeireira de alto valor econômico como mogno, cerejeira, cedro-rosa, etc., também contribuíram, sobremaneira, no processo de ocupação. Contudo, este processo se deu de forma descontrolada. De 1970 a 1980, o número de proprietários de terra passou de 7 mil para 50 mil e em 1985, chegou a 81 mil propriedades. A tabela 1 a seguir, mostra o crescimento populacional rondoniense nos últimos 50 anos.

Tabela 1: Crescimento populacional de Rondônia

Período	Quantitativo	%
1950	36.935	-
1960	69.792	6,36
1970	111.064	4,65
1980	491.025	16,03
1991	1.130.874	7,91
1996	1.231.007	1,71
2000	1.377.792	2,89

FONTE: Atlas, 2002, p. 27.

Quanto à política de integração nacional, dentre os principais investimentos efetuados se destaca:

a) Criação do Polonoroeste – programa financiado com recursos do Banco Mundial, tendo como objetivos (Atlas, 2002):

1. conclusão e asfaltamento da rodovia BR 364, ligando Cuiabá-MT a Porto Velho-RO;
2. melhoria da rede se estradas secundárias alimentadoras da BR;
3. consolidação de projetos de colonização;
4. criação de novos projetos de assentamento rural;
5. regularização fundiária;
6. serviços de saúde;
7. proteção ambiental;
8. apoio às comunidades indígenas;
9. apoio à criação dos Núcleos Urbanos de Apoio Rural – NUAR.

Ao se constituírem os projetos de colonização agrícola como principal atrativo de ocupação de Rondônia, o resultado foi a comercialização de produtos agrícolas e a prestação de serviços para a população rural pelas pequenas cidades. Além disso, a urbanização esteve vinculada ao crescimento da atividade industrial, seja de domínio da economia formal seja da informal.

4.1 Principais Recursos

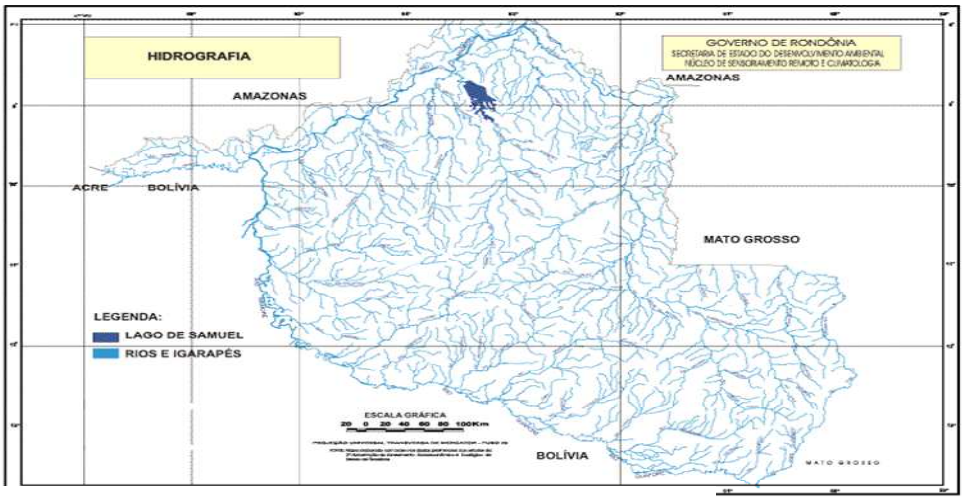
4.1.1 Recursos Naturais

a) Substâncias metálicas: ouro, estanho, ferro e manganês, cassiterita/columbita/tantalita, níquel/cobre/cromo/platinóides.

b) Substâncias não-metálicas: diamante, argila/areia/cascalho/turfa, granitos/gnaisses/gabros, calcário.

4.1.2 Recursos Hídricos

Mapa 3: Bacias Hidrográficas de Rondônia



Fonte: Atlas Digital (2003, p. 61)

Nos mapas hidrológicos de Rondônia, verifica-se que os principais rios do Estado, por volume e/ou extensão, são os rios Madeira, Machado (ou Ji-Paraná), Mamoré, Guaporé

e Jamari. Os rios de Rondônia possuem grande potencial hidroenergético, na ordem de 16.120 mw, conforme demonstrado na tabela 2, abaixo.

Tabela 2: Potencial hidroenergético de Rondônia

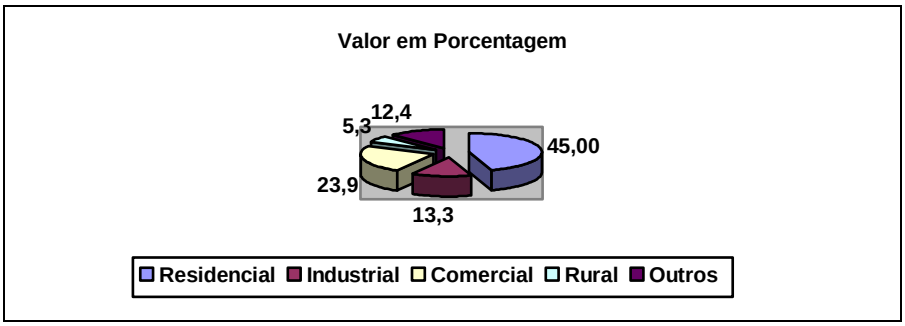
Bacia Hidrográfica	Potência Inventariada (MW)
Rio Madeira	11.800
Rio Guaporé	1.080
Rio Jamari	504
Rio Machado	1.666
Rio Jaci-Paraná	31
Rio Candeias	23
Rio Roosevelt	511
Rio Abunã	505
TOTAL	16.120

Fonte: Atlas (2002, p. 73)

4.1.3 Energia Elétrica

O consumo de energia no Estado está distribuído conforme as seguintes classes representadas na figura 1, a seguir.

Figura 2: Consumo de energia em Rondônia

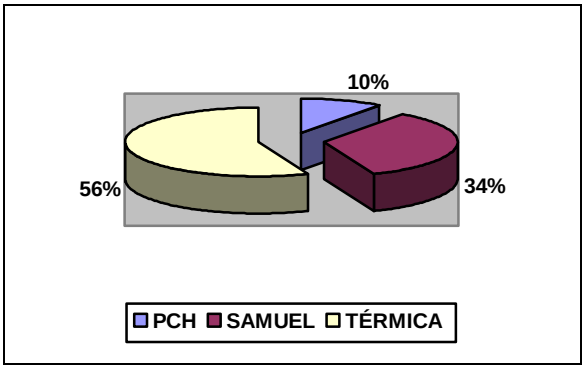


Fonte: Atlas (2002, p. 77)

A empresa responsável pela geração e transmissão de energia elétrica em Rondônia é a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil), ficando sob a responsabilidade da Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia) a distribuição da energia gerada. O sistema de

produção de energia no Estado está demonstrado na figura 3 e no mapa 4 - Eletro-geográfico, a seguir.

Figura 1: Consumo de energia em Rondônia



Fonte: Atlas (2002, p. 77)

4.1.4 Usos da Terra

O uso da terra no Estado é bastante diversificado, o que acarreta até mesmo uma dificuldade de elaboração de seu mapeamento. Contudo, abaixo está representado o uso dos espaços, conforme tabela 3.

Tabela 3: Uso da terra em Rondônia/1998

Uso	Área	Percentual
Área construída	2.517	0,0106
Área de capoeira	843.984	3,6450
Cidades e Vilas	29284	0,1233
Área de cerrado	1.314.232	5,5349
Culturas manuais	4.625	0,0195
Área de expansão urbana	1.062	0,0045
Florestas	17.113.010	72,0713
Área de garimpo	2.492	0,0105
Área agropastoril	2.207.955	9,5358
Rios e lagos	213.374	0,8986
Área de atividade mineral	2.136	0,0090
Área de ocupação isolada	13.957	0,0588
Área de ocupação ribeirinha	27.654	0,1165

Área de pastagem	1.818.105	7,6569
Área de grandes propriedades com pastagem	148.726	0,6264
TOTAL	**23.743.113**	**100,0000**

Fonte: Atlas (2002, p. 91)

4.1.5 Vegetação e Fauna

A vegetação de Rondônia abrange uma área de reconhecida biodiversidade de espécies, congregando três importantes biomas: Floresta Amazônica, Pantanal e Cerrado. A composição vegetal está agrupada em 8 tipologias como: 1) Floresta Ombrófila Aberta (cerca de 55% da área total de vegetação); 2) Floresta Ombrófila Densa (cerca de 4% da área total de vegetação); 3) Floresta Estacional Semidecidual ou Subcaducifólia (cerca de 2% da área total de vegetação); 4) Floresta de Transição ou Contato (cerca de 8% da área do Estado); 5) Cerrado (cerca de 5% da área total de vegetação); 6) Formação Pioneira (cerca de 4% da área total do Estado); 7) Campinarana – "falso campo"; e 8) Umirizal (menos de 1% da área total do Estado).

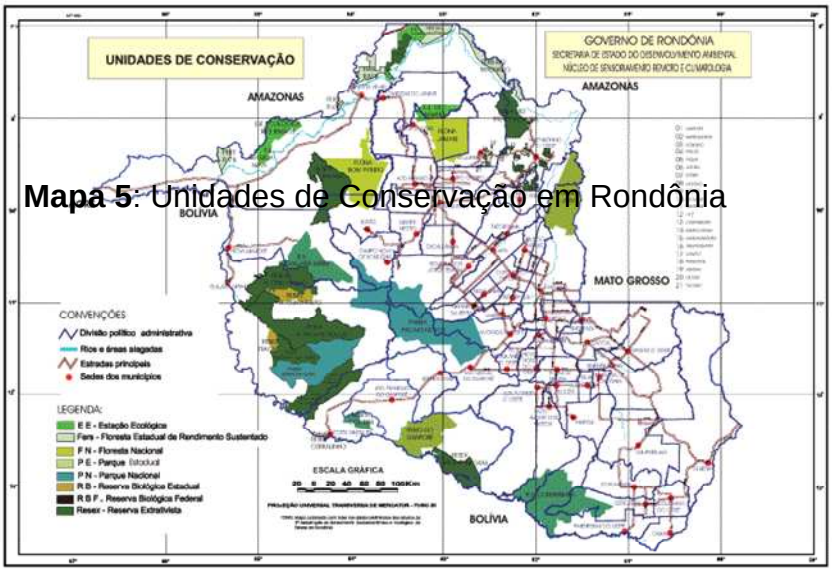
A fauna de Rondônia, reconhecida como das mais importantes e ricas do país, é estudada desde o século XVIII e envolve os seguintes temas: Mastofauna (mamíferos), Avifauna (aves), Herpetofauna (répteis), Ictiofauna (peixes), e Entomofauna (insetos).

Algumas espécies estão ameaçadas de extinção, decorrentes da caça e da destruição de habitats como o lobo guará, ariranha, gavião-real, macaco barrigudo, etc. Para amenizar o impacto da ação humana na fauna e flora, foram tomadas algumas medidas

ológico e de pólos

/o à realização de

dentre outras.



Mapa 5: Unidades de Conservação em Rondônia

As unidades de conservação, criadas em âmbito federal, estadual e municipal, visam a proteção dos ecossistemas e o cumprimento de objetivos como: 1) preservação de bancos genéticos da fauna e flora, 2) acompanhamento de alterações ambientais, 3) proteção de recursos hídricos, 4) proteção de paisagens relevantes, 5) condução de educação ambiental formal e não-formal, 6) pesquisas, 7) proteção de áreas de domínio particular, 8) proteção de áreas passíveis de utilização racional futura dos recursos.

4.2 Aspectos socioeconômicos

Para melhor contextualização da Região Norte e de Rondônia, foram coletados e analisados alguns dados fundamentais, que serão explicitados em seguida.

4.2.1. Aspectos Populacionais

O contingente populacional dos 52 (cinqüenta e dois) municípios componentes das regiões onde a UNIR tem influência mais direta, para o ano de 2004, foi estimado em 1.562.085[6] habitantes, representando aproximadamente 9,29% da população da Região Norte do Brasil.

Os dados mais relevantes dizem respeito à região de Porto Velho, onde a população representa 24,37 % do Estado. A situação de domicílio a nível estadual com aproximadamente 64,1% concentração na área urbana, com 1.001.296 habitantes, enquanto na zona rural concentram-se 560.789 habitantes. Esta tendência de urbanização da população se reflete na maioria das regiões do país.

4.2.2. Dados Econômicos

a) Atividades Industriais

No Estado de Rondônia, em 2002, (FIERO, 2005) existiam 3585 estabelecimentos industriais, empregando 47.333 trabalhadores.

De acordo com a mesma fonte, na cidade de Porto Velho se localizam 822 estabelecimentos, representando 22,93% do total do Estado.

Observando-se mais detalhadamente os dados, para fins de identificação da quantidade e tipo de empresas industriais ativas, verifica-se (Quadros 03 e 04) que, no tocante aos tipos de empresas industriais, em 2002, os municípios inseridos na área de influência da UNIR se destacaram quanto ao percentual de estabelecimentos envolvidos com a indústria madeireira, alimentícia, construção e moveleira, 72,04% do total do Estado. O segundo maior pólo industrial encontrava-se no município de Ji-Paraná, com 365 empresas.

QUADRO Nº 03 - NÚMERO DE INDÚSTRIAS EM RONDÔNIA - ANO 2002

Seq	Município	N°de Indústrias	% Participção
1.	Alta Floresta do Oeste	66	1,84
2.	Alto Alegre do Parecis	22	0,61
3.	Alto Paraíso	29	0,80
4.	Alvorada do Oeste	38	1,06
5.	Ariquemes	258	7,20
6.	Buritis	72	2,00
7.	Cabixi	28	0,78
8.	Cacaulândia	6	0,17
9.	Cacoal	207	5,77
10.	Campo Novo de Rondônia	28	0,78

11.	Candeias do Jamari	26	0,73
12.	Castanheiras	6	0,17
13.	Cerejeiras	75	2,09
14.	Chupinguaia	17	0,47
15.	Colorado do Oeste	80	2,23
16.	Corumbiara	17	0,47
17.	Costa Marques	26	0,73
18.	Cujubim	26	0,73
19.	Espigão do Oeste	92	2,57
20.	Governador Jorge Teixeira	4	0,11
21.	Guajará-Mirim	41	1,14
22.	Itapoã d'Oeste	13	0,36
23.	Jaru	152	4,24
24.	Ji-Paraná	365	10,18
25.	Machadinho do Oeste	49	1,37
26.	Ministro Andreazza	6	0,17
27.	Mirante da Serra	42	1,17
28.	Monte Negro	26	0,73
29.	Nova Brasílândia do Oeste	30	0,84
30.	Nova Mamoré	30	0,84
31.	Nova União	3	0,08
32.	Novo Horizonte do Oeste	7	0,20
33.	Ouro Preto do Oeste	98	2,74
34.	Parecis	8	0,22
35.	Pimenta Bueno	153	4,27
36.	Pimenteiras do Oeste	4	0,11
37.	Porto Velho	822	22,93
38.	Presidente Médici	41	1,14
39.	Primavera de Rondônia	4	0,11
40.	Rio Crespo	5	0,14
41.	Rolim de Moura	154	4,30
42.	Santa Luzia do Oeste	23	0,64
43.	São Felipe do Oeste	6	0,17
44.	São Francisco do Guaporé	56	1,56
45.	São Miguel do Guaporé	54	1,51
46.	Seringueiras	23	0,64
47.	Teixeirópolis	1	0,03
48.	Theobroma	6	0,17
49.	Urupá	12	0,33
50.	Vale do Anarí	6	0,17
51.	Vale do Paraíso	6	0,17

52.	Vilhena	216	6,02
TOTAL GERAL		3585	100

FONTE: FIERO E SEFIN

QUADRO Nº 04 - EMPRESAS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE E PORTE ANO 2004.

ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS	**EMPRESAS POR PORTE**				**TOTAL**
	Grande	**Media**	**Pequena**	**Micro**	
Comércio varejista de mercadorias e de produtos em geral	46	2.869	1.654	4.921	9.490
Comércio atacadista de mercadorias e produtos em geral	45	1.093	231	313	1.682
Comércio de peças, e acessórios e reparação de veículos automotores	39	677	233	456	1.405
Hotelaria e alimentação	1	63	77	411	552
Transportes rodoviário, aquaviário e aéreo	16	209	41	44	310
Atividades associativas	2	69	5	12	88
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	0	29	3	27	59
Atividades diversas	8	52	5	13	78
TOTAL DAS EMPRESAS	157	5.061	2.249	6.197	13.664

FONTE: SEFIN/FIERO

b) Atividades Comerciais

De acordo com os dados cadastrais obtidos pelas fontes SEFIN e FIERO, existiam 2.898 estabelecimentos comerciais e de serviços na Cidade de Porto Velho (QUADRO Nº 12) para um total de 13.664 estabelecimentos em Rondônia, ou seja, aproximadamente 21,22% dos estabelecimentos comerciais existentes no Estado, no ano de 2004.

QUADRO Nº 05 - EMPRESAS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS NO ESTADO DE RODÔNIA - ANO 2004.

Item	Município	Nº de Empresas	Participação – (%)
01	Alta Floresta d'Oeste	227	1,66
02	Alto Alegre do Parecis	96	0,70
03	Alto Paraíso	130	0,95
04	Alvorada d'Oeste	155	1,13
05	Ariquemes	910	6,66

06	Buritis	297	2,17
07	Cabixi	52	0,38
08	Cacaulândia	40	0,29
09	Cacoal	855	6,26
10	Campo Novo de Rondônia	61	0,45
11	Candeias do Jamari	107	0,78
12	Castanheiras	9	0,07
13	Cerejeiras	271	1,99
14	Chupinguaia	47	0,34
15	Colorado do Oeste	226	1,66
16	Corumbiara	59	0,43
17	Costa Marques	141	1,03
18	Cujubim	91	0,66
19	Espigão do Oeste	235	1,72
20	Governador Jorge Teixeira	44	0,32
21	Guajará-Mirim	475	3,47
22	Itapoã d'Oeste	62	0,45
23	Jaru	529	3,87
24	Ji-Paraná	1.398	10,23
25	Machadinho d'Oeste	233	1,71
26	Ministro Andreazza	73	0,53
27	Mirante da Serra	132	0,97
28	Monte Negro	107	0,78
29	Nova Brasilândia do Oeste	126	0,92
30	Nova Mamoré	99	0,72
31	Nova União	43	0,31
32	Novo Horizonte do Oeste	67	0,49
33	Ouro Preto do Oeste	469	3,44
34	Parecis	43	0,31
35	Pimenta Bueno	375	2,74
36	Pimenteiras do Oeste	16	0,12
37	Porto Velho	2.898	21,22
38	Presidente Médici	211	1,55
39	Primavera de Rondônia	15	0,11
40	Rio Crespo	20	0,15
41	Rolim de Moura	517	3,79
42	Santa Luzia do Oeste	80	0,58
43	São Felipe d'Oeste	29	0,21

44	São Francisco do Guaporé	141	1,03
45	São Miguel do Guaporé	183	1,34
46	Seringueiras	92	0,67
47	Teixeirópolis	31	0,23
48	Theobroma	36	0,26
49	Urupá	117	0,87
40	Vale do Anari	39	0,28
51	Vale do Paraíso	55	0,40
52	Vilhena	900	6,60
TOTAL GERAL		13.664	100

FONTE: SEFIN/FIERO

No mesmo quadro, destacam-se as outras regiões de influência, vindo em seguida de Porto Velho a região de Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, Cacoal, Jaru, Rolim de Moura e Guajará-Mirim com 5584 estabelecimentos comerciais. Essas regiões responderam em conjunto por 40,88% do total de estabelecimentos comerciais dos municípios localizados próximo a área de influência da UNIR, sendo cinco delas onde se situam as sedes dos *Campi*.

No quadro nº 06 observa-se a predominância dos estabelecimentos comerciais varejistas, ou seja, aqueles que efetuam vendas diretas ao consumidor. Neste aspecto, no ano de 2004, em Rondônia, existiam 9.490 desse tipo de estabelecimento enquanto para o comercio atacadista o total diminui para 1682 (SEFIN/FIERO, 2005).

QUADRO Nº 06 - EMPRESAS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE E PORTE – ANO 2004.

ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS	EMPRESAS POR PORTE				TOTAL
	Grande	Media	Pequena	Micro	
Comércio varejista de mercadorias e de produtos em geral	46	2.869	1.654	4.921	9.490
Comércio atacadista de mercadorias e produtos em geral	45	1.093	231	313	1.682
Comércio de peças, e acessórios e reparação de veículos automotores	39	677	233	456	1.405
Hotelaria e alimentação	1	63	77	411	552
Transportes rodoviário, aquaviário, e aéreo	16	209	41	44	310
Atividades associativas	2	69	5	12	88
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	0	29	3	27	59
Atividades diversas	8	52	5	13	78
TOTAL DAS EMPRESAS	157	5.061	2.249	6.197	13.664

FONTE: SEFIN/FIERO

c) Produto interno bruto

Uma observação mais geral do desempenho recente da economia dos municípios localizados na área de influência da UNIR pode ser feita a partir do produto interno bruto - PIB. De acordo com o Ranking dos Estados a participação de Rondônia fica em 0,5% em relação ao PIB do Brasil o que corresponde a R$ 6.083.000.000. Com crescimento anual do PIB de 8,84% ao ano, Rondônia fica em 4º lugar no *Ranking* dos Estados do País em desempenho anual. As principais áreas de composição do seu PIB são por ordem majoritária de participação: administração pública, construção, agropecuária e indústria de transformação.

d) Aspectos Educacionais

Dado que, a razão fundamental da elaboração do presente trabalho tem-se a modernização do projeto para o Curso de Administração na UNIR, tomou-se como parâmetro de educação o total de alunos matriculados no ensino médio, nos municípios analisados.

De acordo com o levantamento efetuado pelas instituições FIERO, SEBRAE e Governo do Estado, dados de 2002, o Estado de Rondônia teve um quantitativo de 45.619 alunos matriculados (quadro 07) no ensino médio (escolas federais, estaduais, municipais e particulares). O maior contingente de alunos pertence ás escolas públicas localizadas nas cidades, espaço urbano, o que demonstra ter demanda suficiente para atender à oferta de vagas no Curso de Administração e demais Cursos da UNIR, explicitando a importância da Universidade Federal de Rondônia, e consequentemente do próprio Curso, em atender a uma crescente demanda regional, retendo estes jovens estudantes em suas cidades, evitando o processo migratório, dos recursos humanos, local e regional.

Observa-se no quadro nº 08, que a rede de ensino médio estadual de Rondônia corresponde a 128 escolas o que equivale a 77% do total de instituições de ensino, configurando um grande desafio para o Estado no que tange às melhorias de qualidade no ensino público.

QUADRO Nº 07 - MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO EM RONDÔNIA – ANO 2002

ESCOLAS	MATRÍCULAS
Públicas	40.526
Privadas	5.093
Urbanas	43.369
Rurais	2.250
Total	45.619

FONTE:SEDUC/RO. 2005.

QUADRO Nº 08 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO EM RONDÔNIA ANO 2002

ESCOLAS	Número de escolas
Públicas	128
Privadas	38
Urbanas	146
Rurais	20
Total	166

FONTE:SEDUC/RO

O diagnóstico sumário dos municípios da área de influência da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, aqui apresentado, permite concluir que o ambiente é favorável e propício para o desenvolvimento do Curso de Administração, o qual prepara profissional e empreendedores como geradores de emprego e renda por excelência, precisando continuamente de estímulos e fomentos.

5 ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE RONDÔNIA NO ESTADO

A Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, criada através da Lei 7.011 de 08 de Julho de 1982, iniciou suas atividades vinculadas à Prefeitura de Porto Velho, através de parceria com a Universidade Federal do Pará, incorporando a Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia – FUNDACENTRO.

A UNIR é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, tendo como

finalidade precípua à promoção do saber científico puro e aplicado, e, atuando em sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão.

Em 24 de maio de 1989, o Conselho Federal de Educação através da Autorização de Funcionamento 16/89, aprova a petição para funcionamento de cursos fora da sede, de autoria do Magnífico Reitor da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Álvaro Lustosa Pires, datada de 23 de janeiro de 1989, assim estavam autorizados a funcionar os Campi de Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena.

A partir de então a Universidade adquire uma nova estrutura e passa a funcionar com 13 cursos na capital: Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Educação Física, Enfermagem, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Psicologia, todos com 40 vagas cada, e os Campi do Interior com os mesmos cursos da capital, sendo dois em cada Campi com o mesmo número de vagas. Nesse contexto, inseri-se o curso de administração que funciona no sistema descentralizado, tendo uma turma na sede, em Porto Velho e duas descentralizadas, respectivamente, Guajará-Mirim e Cacoal.

Foram grandes as conquistas ao longo desses 23 anos de Universidade. A UNIR avança aumentando o leque de cursos de graduação nas áreas de: Ciências Humanas, Sociais, Saúde e Exatas e da Terra. Os cursos são administrados por 17 Departamentos e 06 *Campi* - Porto Velho, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena.

Deve-se reconhecer que para garantir a manutenção do status de Universidade, é necessários à existência de cursos de doutorado, mestrados e aumentar o número de professores mestres e doutores e ainda fixá-los na instituição, evitando as constantes redistribuições e transferências.

Destacam-se os convênios com instituições de outros estados e o esforço na luta de manter e aprovar os *Cursos Stricto* e *Lato Sensu* Institucionais. A UNIR tem atualmente três cursos *Stricto Sensu* Institucionais: Biologia Experimental, Mestrado/Doutorado e Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Mestrado.

No que diz respeito à Pós-Graduação Lato Sensu, a UNIR vem oferecendo à comunidade rondoniense e região, Cursos de Especialização desde 1984, procurando atender, dentro de sua realidade local e regional, a urgente necessidade de atualização e qualificação dos egressos e de outros profissionais estabelecidos no mercado de trabalho. Esta trajetória

pode ser demonstrada nas seguintes áreas de conhecimento com os respectivos cursos: 39 cursos em Ciências Humanas; 12 cursos em Ciências Sociais Aplicadas, 05 cursos em Ciências Exatas e da Terra, 06 cursos em Ciências da Saúde e 03 cursos em Serviços.

A performance de qualificação do quadro de docentes, após o investimento nos programas de pós-graduação na UNIR, apresenta-se da seguinte forma: 03 pós-doutores, 96 doutores, 158 mestres, 45 especialistas e 22 graduados, o que faz da UNIR, em termos de capital humano, a maior Instituição do Estado de Rondônia.

Na pesquisa a UNIR conta com um programa de Iniciação Científica (PIBIC), destinado a atender alunos de graduação interessados em desenvolver pesquisa, com apoio do CNPq, para diversos projetos de pesquisa desenvolvidos por professores e dispõe de infra-estrutura para atender essa demanda com os seus 15 laboratórios, 10 centros de pesquisa e 09 Grupos de Pesquisas.

Por fim, a UNIR tem demonstrado bom desempenho acadêmico no "Provão", chegando a obter conceito **A** em vários cursos, sendo citada como a única universidade da Região Norte que tem um dos cursos (Pedagogia) na relação dos dez melhores. Isso tudo demonstra que, apesar de todas as dificuldades, continuamos lutando e crescendo.

5.1 Direcionadores Estratégicos

a) MISSÃO DA UNIR

A UNIR é uma instituição pública e gratuita cuja missão é "produzir conhecimento humanístico, tecnológico e científico, articulando ensino, pesquisa e extensão, considerando as peculiaridades regionais, promovendo o desenvolvimento humano integral e contribuindo para a transformação social".

b) VISÃO DA UNIR

Consolidar-se como uma Universidade multicampi que, a partir das peculiaridades regionais, alcance níveis de excelência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e humanístico, tornando-se referência nacional em suas áreas de

atuação, contribuindo para o desenvolvimento humano integral e a transformação da sociedade.

c) OBJETIVOS DA UNIR

1. Promover a produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico, quanto regional e nacional;
2. formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica;
3. estimular e proporcionar os meios para criação e a divulgação científica, técnica, cultural e artística, respeitando a identidade regional e nacional;
4. estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, em busca de soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região; e
5. manter intercâmbio com universidades e instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais nacionais ou internacionais, desde que não afetem sua autonomia, obedecidas as normas legais superiores.

5.2 O Curso de Administração

O curso de Administração da UNIR foi implantado no 2 semestre de 1980, em Porto Velho, na antiga FUNDACENTRO- Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia, hoje UNIR, buscando formar profissionais orientados para a área de Administração Geral, capacitando-os para atuar em pequenas, médias ou grandes empresas do setor público e privado.

Em 24 de maio de 1989, o Conselho Federal de Educação através da Autorização de Funcionamento 16/89, aprova a petição para funcionamento de cursos fora da sede, de autoria do Magnífico Reitor da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Álvaro Lustosa Pires, datada de 23 de janeiro de 1989, assim estavam autorizados a funcionar os Campi de Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena.

O curso acompanha as tendências da ciência e técnicas para atender as premissas do profissional, o qual como administrador planeja, organiza, controla, coordena e avalia

atividades de uma empresa, orienta operações, gerencia equipes de trabalho, e, principalmente, toma decisões pertinentes às diversas áreas da administração, que são marketing, recursos humanos, produção, finanças, métodos e sistemas.

5.2.1 Objetivos

O curso tem como objetivo formar profissionais para atuar na administração de empresas, instituições públicas e privadas, com habilidade na gestão de pessoas, monitoramento dos ambientes e domínio das técnicas de planejamento, organização, direção e controle para garantir o funcionamento das organizações, através das diversas atividades inerentes a competência do profissional egresso do curso da UNIR, como: cargos de gerência, assessoramento e consultorias ou, ainda, sendo o mais desejado, através de iniciativas empresariais, promovendo ações de caráter privado de empreendedorismo com a criação de empresa.

A missão do curso de administração, portanto, constitui-se na formação de bacharéis em administração com uma nova visão sistêmica do conhecimento, raciocínio crítico, filosófico e com visão empreendedora de transformação social dentro dos padrões éticos pertinentes as necessidades morais, sociais e econômicas.

A visão de futuro do curso remete a busca de referência na produção e disseminação de conhecimento científico para o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental da Amazônia.

5.2.2 Princípio Político-Pedagógico do Curso de Administração da UNIR

Na constante perseguição do alcance de seus objetivos, para cumprimento de sua missão, o curso de administração da UNIR tem como princípio político-pedagógico a premissa de que a formação da consciência sobre a realidade humana se fundamenta na especificidade da ação educativa e sobre o mundo que o cerca, e ainda, na criação das condições sistemáticas que permitam ao homem a identificação de problemas e a busca de soluções mais adequadas.

Considerando que a ação educativa se define como forma de compreensão, interpretação e intervenção na realidade, ao construir essa proposta de natureza

educativa, para o curso superior de administração da universidade, teve-se o cuidado de considerar a posição política e filosófica da visão do homem e de sociedade que se quer construir.

5.2.3 Oferta do Curso de Administração

O curso de Administração oferece a sociedade rondoniense 3 turmas, com entrada anual, sendo uma em Porto Velho e duas fora da sede, em Guajará-Mirim e Cacoal, respectivamente.

O campus universitário em Porto Velho é o mais antigo, criado em 1980, a partir desta data vem colocando profissionais de administração no mercado de trabalho, tendo o maior nível de aprovação nos concursos públicos e seleções de cargos de gestão em empresas privadas e ainda, destacando-se com o maior número de professores nas faculdades privadas de Porto Velho.

O curso de Administração no Campus de Porto Velho tem as seguintes características:

Habilitação: Bacharel em Administração

Implantação: 1980

Profissão: Administrador

Duração: 4 anos

Vagas Oferecidas Anualmente: 40

Capacidade de Atendimento: 200 discentes simultâneos

Corpo Docente:

3 Doutores; 4 Mestres; 3 Especialistas e 1 Graduado tendo a seguinte carga-horária semanal, 10 Dedicação exclusiva e 1 T-20.

Infra-estrutura:

Bloco com 5 salas de Aula;

Sala de Escritório e compartilhamento de sala dos professores do NUCS;

Biblioteca central;

Laboratórios de Informática (compartilhado);

Empresa Junior.

O Campus da UNIR em Cacoal, surgiu por meio de convênio entre prefeitura do Município de Cacoal e a Universidade, pelo processo de interiorização da UNIR, 1988. Em 1989, o primeiro vestibular selecionou as turmas para os cursos de Bacharel em Administração, Ciências Contábeis e Licenciatura de 1º grau em Ciências, cursos simultaneamente implantados no Campus de Cacoal, funcionando provisoriamente nas dependências da escola de 1º grau Maria Aurora do Nascimento. Ciências de 1º grau habilitou 03 turmas, sendo que a maioria dos alunos complementaram sua licenciatura em matemática (2º grau), projeto finito.

Nesse período o Campus de Cacoal formou 04 turmas de Bacharéis em Administração e conta hoje com 200 acadêmicos no curso, o qual tem as seguintes características:

Habilitação: Bacharel em Administração

Implantação: 1989

Profissão: Administrador

Duração: 4 anos

Vagas Oferecidas Anualmente: 40

Capacidade de Atendimento: 200 discentes simultâneos

Corpo Docente:

5 Mestres; com carga-horária semanal de Dedicação Exclusiva. O curso de Administração em Cacoal, compartilha docentes do curso de Ciências Contábeis e Ciências Jurídicas.

Infra-estrutura:

Bloco com 5 salas de Aula;

Sala de Escritório e compartilhamento de sala dos professores do Campus;

Biblioteca;

Laboratório de Informática;

Empresa Junior

O Campus da UNIR em Guajará-Mirim, foi criado em 1989 com o processo de interiorização. O primeiro vestibular propiciou a entrada de 40 acadêmicos, nesse período o Campus de Guajará-Mirim formou 04 turmas de Bacharéis em Administração e conta hoje com 200 acadêmicos no curso, o qual tem as seguintes características:

Habilitação: Bacharel em Administração

Implantação: 1989

Profissão: Administrador

Duração: 4 anos

Vagas Oferecidas Anualmente: 40

Capacidade de Atendimento: 200 discentes simultâneos

Corpo Docente:

4 Mestres; 2 Especialistas, todos com Dedicação Exclusiva.

Infra-estrutura:

Bloco com 5 salas de Aula;

Sala de Escritório e compartilhamento de sala dos professores do NUCS;

Biblioteca central;

Laboratórios de Informática;

Empresa Junior.

5.2.4 Vocação do Curso

A vocação do curso está diretamente relacionada com as demandas das empresas, do processo de desenvolvimento do Estado e suas potencialidades, sendo acompanhados por indicadores de resultados qualitativos, os quais terão como base os conteúdos e atividades desenvolvidas durante todo o curso, aliado às experiências individuais e coletivas vivenciada por cada aluno, na expectativa de formar Administradores, os quais estarão transitando por todas as áreas da administração e funções de gestão empresarial, sendo desejável que estejam preparados para:

1. Difundir e aplicar novas tecnologias administrativas;
2. Desenvolver a capacidade de identificar problemas que afetam o desenvolvimento da comunidade e de forma coletiva propor sugestões para solucioná-las;
3. Ter compromisso com a ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;

4. Estimular a cooperação, o espírito de equipe e a liderança;
5. Fazer todo o planejamento de uma produção - pesquisa de mercado do produto na região (oferta e procura), preço de insumos, transporte - para levantar dados sobre a viabilidade dos negócios e do produto escolhido.
6. Ter capacidade para articular a Administração com outras áreas importantes para o desenvolvimento pleno da sociedade;
7. Ter capacidade de educar a comunidade visando o desenvolvimento coletivo.

5.2.5 Perfil do Profissional

Atualmente, as atividades econômicas e empresariais crescem em complexidade, exigindo um profissional cada vez mais capacitado, cabendo aos cursos superiores de Administração atender à demanda de forma eficiente, oferecendo ao mercado de trabalho, administradores aptos, ou facilmente adaptáveis, às diferentes especialidades da profissão.

Em consonância com o seu projeto político pedagógico, buscará a formação de um profissional competente e de qualidade, cujo perfil esteja relacionado com o ambiente em que irá atuar.

Assim, o perfil do administrador que se almeja, deve estar em sintonia com as necessidades do mundo moderno, sabendo não apenas reagir em conformidade, mas também transformá-lo.

Diante deste contexto, o perfil desejado deve propiciar uma visão generalista, com amplos conhecimentos em diferentes áreas da administração, contabilidade, economia, direito, gestão ambiental e de conhecimentos afins e correlatos, permitindo, assim, ao administrador, adaptar-se com maior facilidade àquela especialidade a que pretende dedicar-se.

Atingindo o objetivo do curso, o acadêmico terá uma visão global, integrada e interdisciplinar das Ciências Sociais, bem como as conexões entre essas ciências e a administração com área de conhecimento e prática social.

O perfil do egresso desejado do curso de administração, de responsabilidade da UNIR, está no âmbito do perfil brasileiro, refletindo as características regionais do estado de Rondônia, potencialidades local e suas escolhas estratégicas.

O perfil foi definido a partir do que pensam os empregadores, administradores formados, coordenadores de cursos de administração e com outros profissionais relevantes à formação.

Pretende-se formar profissionais com visão crítica, com alto grau de conhecimento teórico científico e embasamento prático, com ênfase nas áreas específicas e carências da região, para poder desempenhar com competência as atividades da Ciência da Administração, quer na área pública, quer na área privada.

Abaixo estão descritas as características que formam o perfil do Administrador, resultado de consulta aberta, em fórum próprio aos acadêmicos e profissionais de Administração na Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus Porto Velho.

Essas características foram expostas como essenciais e imprescindíveis para a formação do administrador.

- Ter capacidade de Liderança e trabalhar em equipe;
- Ser Versátil e dinâmico na condução de processos e na tomada de decisão;
- Ser Empreendedor;
- Ser flexível, Inovador e ousadia para quebrar paradigmas;
- Apresentar Conhecimento Prático das funções empresariais;
- Pensar Estrategicamente e ter visão holística;
- Ter Responsabilidade Social e primar pela Ética Profissional;
- Ser Comunicativo e ter controle emocional.

6 Matriz Curricular

6. 1 Distribuição de Disciplinas por Período

1° Período

Disciplina	CH	Pré-Requisito	Dimensão
Introdução a Filosofia	40	-	Básica
Introdução ao Cálculo	80	-	Quantitativa
Introdução a Teoria das Organizações	40	-	Profissional
Fundamentos da Economia	80	-	Básica
Metodologia de Pesquisa Científica	80	-	Básica
Português Instrumental	80	-	Básica
TOTAL	400		

2° Período

Disciplina	CH	Pré-Requisito	Dimensão
Sociologia Aplicada a Adm	40	-	Básica
Contabilidade Geral I	80	-	Básica
Teoria Geral de Administração I	40	- Introd. Teoria Org.	Profissional
Cálculo Aplicado a Adm	80	- Introdução ao Cálculo	Quantitativa
Instituição do Direito Público	80	-	Básica
Informática Aplicada a Adm	40	-	Básica
TOTAL	400		

3° Período

Disciplina	CH	Pré-Requisito	Dimensão
Matemática Financeira	80	- Introdução ao Cálculo	Quantitativa
Contabilidade Geral II	40	- Contabilidade Geral I	Básica
Teoria Geral de Administração I I	80	- TGA I	Profissional
Economia Brasileira	80	- Fundamentos da Economia	Básica

Instituição do Direito Privado	80	-Inst. Direito Público	Básica
Psicologia Aplicada a Adm	40	-	Básica
TOTAL	400		

4° Período

Disciplina	CH	Pré-Requisito	Dimensão
Estatística Aplicada a Adm	80	-Introdução ao Cálculo	Quantitativa
Contabilidade de Custos	40	-Contabilidade Geral	Básica
Ética Empresarial e Responsabilidade Social	40	- Introdução a Filosofia	Básica
Organizações e Métodos	80	- TGA II e Informática aplicada a Adm	Profissional
Administração da Produção I	80	- TGA II	Profissional
Gestão de Pessoas	80	- Psicologia Aplicada a Adm	Profissional
TOTAL	400		

5° Período

Disciplina	CH	Pré-Requisito	Dimensão
Marketing	80	- TGA II	Profissional
Administração de Recursos Humanos	80	- Gestão de Pessoas	Profissional
Administração Financeira e Orçamentária	80	- Matemática Financeira	Profissional
Administração da Produção II	80	- Administração da Produção I	Profissional
Administração Estratégica e Competitividade	40	-Administração da Produção I	Profissional
Análise de Custos e Formação de Preços	40	- Contabilidade de Custos	Básica
TOTAL	400		

6° Período

Disciplina	CH	Pré-Requisito	Dimensão
Administração de Vendas	40	- Marketing	Profissional
Pesquisa Mercadológica	40	- Marketing	Profissional
Planejamento Estratégico	80	- Adm. Estratégica e Competitividade	Profissional
Administração de Sistema de Informação	80	- Organização e Métodos	Profissional
Logística Empresarial	80	- Adm da Produção II	Profissional
Laboratório I – Prática de Adm.	80	- Disciplinas do IV período	Profissional
TOTAL	400		

7° Período

Disciplina	CH	Pré-Requisito	Dimensão
Simulação Estratégica	80	-Planejamento Estratégico	Profissional
Análise de Investimentos	80	- Adm. Financeira e Orç.	Profissional
Administração Pública	40	- TGA II	Complementar
Pesquisa Operacional	40	- Adm da Produção II	Quantitativa
Gestão da Qualidade e Produtividade	40	-Planejamento Estratégico	Complementar
Laboratório II – Prática de Adm.	80	-Laboratório I	Profissional
TOTAL	360		

8° Período

Disciplina	CH	Pré-Requisito	Dimensão
Gerência e Consultoria Empresarial	40	- Disciplinas do VII	Complementar
Elaboração e Gestão de Projetos	80	- Planejamento Estratégico e Adm. Financeira e Orç.	Profissional
Gestão de Agronegócio	40	- Gestão da Produção II	Complementar
Economia Internacional e Comércio Exterior	40	- Economia Brasileira	Complementar
Laboratório III – Prática de Adm.	80	-Laboratório II	Profissional
Seminário Integrado – Trabalho de Conclusão	40	-Todas as disciplinas do curso	Profissional
TOTAL	400		

6.2 Distribuição da Carga Horária das Disciplinas por Dimensão

TOTAL GERAL	BÁSICA (HS)	PROFISSIONAL (HS)	QUANTITATIVA (HS)	COMPLEMENTAR (HS)
3.080 HS	880	1640	360	200

6.3 DISCIPLINAS COMPLEMENTARES

As disciplinas complementares poderão ser substituídas para atender a especificidade do mercado e potencial de desenvolvimento local, devendo a coordenação do departamento de cada Campi, definir a cada semestre a substituição das disciplinas classificadas na dimensão complementar na grade, após avaliação em colegiado das condições de fatores do entorno organizacional, a realidade local e a capacidade de atendimento do corpo docente.

As ementas dessas disciplinas devem ser elaboradas com abordagens atuais e na oportunidade de submissão para aprovação dos colegiados dos departamentos.

As temáticas especificadas no quadro de disciplinas complementares poderão também ser oferecidas na modalidade de atividades complementares como: seminários, encontros, fórum, painéis, etc.

QUADRO DE DISCIPLINAS COMPLEMENTARES

Ênfases profissionalizantes	CH	Ênfases profissionalizantes	CH
Antropologia	40	Administração Rural	40
Teoria da Decisão	40	Sistema Informações Gerenciais	40
Gestão Empreendedora e Planos de Negócios	40	Espanhol Instrumental	40
Mercado de capitais	40	Pesquisa de Marketing	40
Gestão Ambiental na Empresa	40	Introdução as Ciências Políticas	40
Marketing de serviços	40	Gestão de Terceiro Setor	40
Contabilidade Ambiental	40	Gestão do Ecoturismo	40
Contabilidade Avançada	40	Métodos de Pesquisa em Adm.	40
Gestão do Conhecimento	40	Desenvolvimento Regional	40
Gestão de Tecnologia e Inovação	40	Ciência do Ambiente	40
Cooperativismo	40	Gestão de Empreend Solidários	40
Economia Internacional e Comércio Exterior	40	Administração Pública	40
Gestão da Qualidade e Produtividade	40	Gerência e Consultoria Empresarial	40
Gestão de Agronegócios	40	Métodos de Pesquisa em Administração	40

6.4 Disposição Gráfica das Disciplinas

Na seqüência incluem-se as matrizes curriculares especificas de cada Campi, observando-se que as disciplinas básicas, quantitativas e profissionais, sendo as disciplinas complementares eleitas, dentre as constantes do quadro acima, pelos

respectivos colegiados dos departamentos, ou seja, Porto Velho, Guajará-Mirim e Cacoal.

6.5 Ementas das Disciplinas

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: **Introdução a Filosofia** Créditos: 2 CH: 40	
Ementa: Fundamentos filosóficos. O conhecimento. A ciência. A política. A moral. Estética. Antropologia filosófica. Filosofia e educação. Filosofia e tecnologia. Lógica. Objetividade dos valores. Ética da administração, da empresa e do gerente. Cenários Novos. As correntes filosóficas contemporâneas.	
Bibliografia: COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia, Saraiva, 2005. NETO, João Augusto Mattar. Filosofia e Ètica na Administração 1º ed. São Paulo, Brasil ed. Saraiva 2005. CHAUI, Marilena de Souza. Convite à Filosofia. 12. ed. São Paulo, São Paulo, Brasil: Ática, 2002.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA: Introdução ao Cálculo Créditos: 4 CH: 80

Ementa:
Funções de 1° e 2° grau e suas aplicações; Conjuntos e subconjuntos; Limites de Funções; Taxa de Variação; Derivada e Técnicas de Derivação; Função Compostas e Regra da Cadeia; Aplicação da Derivada; Primitiva e técnicas de Integração; Integral Definida e Aplicações; Matrizes.

Bibliografia:
HAZZAN, Samuel. MORETTIN, Pedro A.BUSSAB. Wilton O. Cálculo funções várias variáveis 1º ed. São Paulo, Brasil,ed. Saraiva, 2005.
FLEMMING, Marília D. GONÇALVES, Miram B. Cálculo A- Funções, limites, derivação e integração 5º edição São Paulo, Brasil Catálogo Universitário Peason 2005/2006.
FLEMMING, Marília D. GONÇALVES, Miram B. Cálculo B- Funções de várias variáveis integrais duplas e triplas 5º edição São Paulo, Brasil Catálogo Universitário Peason 2005/2006.
FLEMMING, Marília D. GONÇALVES, Miram B. Cálculo C- Funções vetoriais, integrais curvilíneas, integrais de superfície 3º edição São Paulo, Brasil Catálogo Universitário Peason 2005/2006.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA: **Introdução a Teoria das Organizações** Créditos: 2 CH: 40

Ementa:
A natureza das organizações; a organização como um agente de mudança; as organizações como agentes de resistências à mudança; a natureza e os tipos de organizações; a natureza e as bases da estrutura organizacional; complexidade; formalização; centralização; poder e conflitos dentro das organizações; liderança e tomadas de decisões nas organizações; comunicações; ambientes organizacionais; relações interorganizacionais

Bibliografia:
MOTTA, Fernando C. P. Teoria das Organizações Evolução e Crítica 2º edição São Paulo, Brasil, ed. Thomson Learning, 2005.
DALF, Richard L. Organizações Teoria e Projetos São Paulo, Brasil, ed. Thomson Learning, 2002.
HALL, Richard H. Organizações: estrutura e processos
FERREIRA, Delson. Manual de Sociologia: dos clássicos á sociologia da informação. São Paulo: Atlas, 2003.
THOMPSON, V. A. Moderna organização. EUA: USAID, 1967.
TOFFLER, A. As mudanças das bases de poder. São Paulo: Beste Seller, 199
WOODWARD, J. Organização industrial: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1977.
WOOD JÚNIOR, T. Mudança organizacional: aprofundando temas atuais em administração. São Paulo: Atlas, 1995.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA: **Fundamentos da Economia** - Créditos: 4 CH: 80

Ementa:
Conceitos de economia. Modelos microeconômico. Mercados e preços. Demanda. Oferta. Teoria da firma. Mercados competitivos. Estruturas de mercado. O problema da incerteza. Teoria dos jogos. Eficiências. Papel do Governo. Macroeconomia. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Contabilidade nacional. Determinantes da demanda agregada. Moeda. Juros e renda. Relações com o exterior. Equilíbrio geral. Política econômica. Evolução da economia local e brasileira. Ciclos econômicos. Ocupação econômica. Políticas e estratégias de desenvolvimento estrutura do PIB-Produto interno bruto. Distribuição espacial do PIB.

Bibliografia:
ACKLEY, G. Teoria macroeconômica. Rio de Janeiro: Pioneira, 1989.
ALBORNOZ, S. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1992.
ALBUQUERQUE, M. C. C. Introdução a teoria econômica. São Paulo: McGraw-Hill, 1972.
ALBUQUERQUE, M. C. C. Microeconomia: teoria do mercado, teoria do consumidor, economia de empresas. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
McGUIGAN,James R.MOYER, Charles. HARRIS, Frederick H. de B. Economia de Empresas 9º ed. São Paulo: Thomson Learning, 2004.
MANKIW, N.G. Introdução à Economia. Trad. M.J.C.Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
GREMAUD, Amaury P., VASCONCELLOS, Marco A. S. & TONETO Jr., Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RON UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA**: Metodologia da Pesquisa Científica** Créditos: 4 CH: 80

Ementa:
O papel da ciência. Tipos de conhecimento. Método e técnica. O processo de leitura. Citações bibliográficas. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. O projeto de pesquisa experimental e não experimental. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Relatório de pesquisa. Estilo de redação. Referências bibliográficas. Apresentação gráfica. Normas da ABNT.

Bibliografia:
MOREIRA, Daniel Augusto. O método Fenomenológico na Pesquisa. 1º ed. São Paulo: Thomson Learning, 2004.
MOTTA, Carlos Alberto P; OLIVEIRA, José Paulo M. Como Escrever Textos Técnicos.São Paulo: Thomson Learning, 2005.
OLIVEIRA, S.L. Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira, 1997.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA: Português Instrumental Créditos: 4 CH: 80

Ementa:
Leitura ativa, analítica e critica de textos. Planejamento e produção de resumos, resenhas criticas e texto dissertativos-argumentativos.Elementos da comunicação. Função da linguagem. Coesão e coerência textual. Qualidade e ruídos na linguagem instrumental. Textos técnicos profissionais.

Bibliografia:
MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. São Paulo: Atlas , 1998.
MOISES, Carlos Alberto. Língua Portuguesa atividades de leituras e produção de textos. 1º ed. São Paulo, 2005.
NADOLSKIS, Hêndricas. Normas de Comunicação em Língua Portuguesa. 23º ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RON UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA: **Sociologia Aplicada a Administração** - Créditos: 2 CH: 40

Ementa:
Sociologia geral e sociologia aplicada à Administração. Estratificação social. O indivíduo e a organização. Organização formal e informal. Processo de Organização do trabalho frente aos novos modelos de gestão. Mudança organizacional. Cultura das organizações. Ideologia. Estudo da administração sob o ponto de vista de seus elementos internos. A natureza da ação administrativa. Tipos de decisão e processo decisório. As atitudes e os valores. Suas relações com o processo macro-sociais. A administração e o desenvolvimento.

Bibliografia:
ANDER-EGG, E. Introdução ao trabalho social. Petrópolis: Vozes, 1998.
ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
OLIVEIRA, Silvio Luis de. Sociologia das Organizações Uma Análise do homem e das Empresas no Ambiente Competitivo 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
TUNER, Jonathan H. Sociologia Conceitos e Aplicações. São Paulo: Copyright, 2002.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA: Contabilidade Geral I - Créditos: 4 CH: 80

Ementa:
Campo de atuação o objeto da contabilidade. Conceitos contábeis básicos. Registros e procedimentos contábeis básicos, o patrimônio, estrutura e variação. Registros contábeis. Despesas e receitas. Balanço patrimonial. Plano de contas..sistemas contábeis. Análise de questões contábeis. Relatórios contábeis. Aplicação dos conhecimentos da ciência e da técnica contábil voltado a estruturação de balanços e do conjunto dos demonstrativos contábeis, variações do patrimônio líquido, Uso da Informação contábil pela administração. Indicadores econômicos e financeiros

Bibliografia:
SALAZAR, José Nicolas Albuja; BENEDICTO, Gilton Carvalho. Contabilidade Financeira. São Paulo: Thomson Learning, 2004.
ANGÉLICO, J. Contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 1998.
HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. Gestão de Custos Contabilidade e Controle São Paulo: Thomson Learning, 2001.
IUDÍCIBUS, Sergio de. Et al. Contabilidade Introdutória. Equipe de Professores da FEA \ USP. São Paulo: Atlas, 1995

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA: **Teoria Geral da Administração I** - Créditos: 2 CH: 40

PRÉ – REQUISITO: Introdução a Teoria das Organizações

Ementa:
Bases históricas. Abordagem clássica: Administração Científica e Teoria Clássica; Abordagem Humanística da Administração: Teorias Transitivas, Teoria das Relações Humanas e Decorrências da Teoria das Relações humanas. Abordagem Neoclássica da Administração: Teoria neoclássica, Processos Administrativo, Tipos de Organização, Departamentalização, Administração por Objetivo.

Bibliografia:
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. Ed Campus. São Paulo. 2000.
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos. Ed. Makon. São Paulo. 1998.
ABBEL, D. F. Definição do negócio: ponto de partida do planejamento estratégico. São Paulo: Atlas,1996.
MAXIMIANO, A. Amaru. Introdução a Administração. São Paulo: Atlas. 2004.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA**: Cálculo Aplicado a Administração** - Créditos: 4 CH: 80

PRÉ – REQUISITO: Introdução ao Cálculo

Ementa:
Exponencial e Logaritmos. Matrizes e Sistemas Lineares. Limites e Continuidades. Diferenciação. Integração Simples. Funções de Várias Funções.

Bibliografia:
CUNHA, F. Matemática Aplicada. São Paulo: Atlas, 1997.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA: **Instituição do Direito Público** - Créditos: 4 CH: 80

PRÉ – REQUISITO: Não Tem

Ementa:
A Administração Pública. Legislação Básica. Aspectos Teóricos e Práticos. Descrição sumaria das principais instituições que compõem o ordenamento jurídico nacional. Novas Tendências do Direito Público frente ao Contexto Brasileiro e Internacional. Aspectos Teóricos e Práticos. Crimes Contra a Fazenda Pública. A Empresa no Direito do Trabalho e na lei brasileira. Os Direitos Sociais na Constituição Brasileira. Direito de greve. Legislação Previdenciária. A Seguridade Social a partir da Constituição Federal de 1988. Estudo e normas e principio fundamental do direito público. Apresentação do Estado nas suas relações de direito interno e internacional.

Bibliografia:
ALMEIDA, A. P. de. Curso prático de processo do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998.
PALAIA, Nelson. Noções Essenciais de Direito. 2ºed. São Paulo: Saraiva, 2005.
MARTINS, Ives Granda; PASSOS Fernando. Manual de Iniciação ao Direito. 1º ed. São Paulo: Thomson Learning, 2002.
ACCIOLY, H. Manual de direito internacional público. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA**: Informática Aplicada a Administração** - Créditos: 2 CH: 40

PRÉ – REQUISITO: Não tem

Ementa:
Sistemas de computação aplicados à administração para utilizar e administrar os recursos de "HARDWARE E SOFTWARE". Evolução histórica da computação na administração. Noções sobre equipamentos e sistemas de computação. Estratégia da aplicação e uso de computadores na organização. Usos de aplicativos de escritório: Word; Excel; Power Point; Acess, etc

Bibliografia:
VASCONCELLOS, Eduardo. Competitividade e negócios eletrônicos. 1ºed. São Paulo: Atlas, 2005.
KRUMM, R. Usando norton utilities. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
LAMOTTE, S. N. O profissional da informática: aspectos administrativos e legais. Porto Alegre: Sagra/DC Luzzatto, 1993.
REZENDE, M. C++, guia de consulta rápida. São Paulo: Novatec, 1997.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA: **Teoria Geral da Administração II** - Créditos: 4 CH: 80

PRÉ – REQUISITO: Teoria Geral da Administração I

Ementa:
Abordagem Estruturalista da Administração: Teoria da Burocracia e Teoria Estruturalista; Abordagem Comportamental da Administração: Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional; Abordagem Sistêmica da Administração: Cibernética e Administração, Teoria Matemática e Teoria de Sistemas; Abordagem Contingencial da Administração.

Bibliografia:
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. Ed Campus. São Paulo. 2000.
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos. Ed. Makon. São Paulo. 1998.
CALDAS, Miguel P.; WOOD, Thomaz Junior. Transformação e Realidade Organizacional. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1999.
MAXIMIANO, A. Amaru. Introdução a Administração. São Paulo: Atlas. 2004.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: **Matemática Financeira** - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Introdução ao Cálculo	
Ementa: Juros simples e compostos. Taxa de juros. Valor atual, montante e capital. Fatores do valor futuro; Desconto. Descontos de fluxo de caixa. Séries de Pagamentos: Uniforme, Gradiente, Perpétua e Variável. Empréstimos. Regimes de capitalização. Series de capitais. Alternativas de investimentos.	
Bibliografia: HARIKI, Seiji; ABDOUNUR, Oscar João. Matemática Aplicada. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2005. HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática Financeira. 5ºed. São Paulo: Saraiva, 2005. PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira Objetiva e Aplicada. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2005.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA**: Contabilidade Geral II** - Créditos: 2 CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: Contabilidade Geral I	
Ementa: Uso da informação contábil pela administração. Estrutura das demonstrações financeiras. Instrumental básico de análise. Análise e interpretação econômico-financeira. Análise do patrimônio, estrutura e variação. Despesas e receitas. Plano de contas. Instrumental básico de análise. Auditoria. Indicadores econômicos e financeiros.	
Bibliografia: SALAZAR, José Nicolas Albuja; BENEDICTO, Gilton Carvalho. Contabilidade Financeira. São Paulo: Thomson Learning, 2004. ANGÉLICO, J. Contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 1998. HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. Gestão de Custos Contabilidade e Controle São Paulo: Thomson Learning, 2001.B IUDÍCIBUS, Sergio de. Et al. Contabilidade Introdutória. Equipe de Professores da FEA \ USP. São Paulo: Atlas, 1995	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA**: Instituição do Direito Privado** - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Instituição do Direito Público	
Ementa: Direito Civil e Comercial, aspectos Teóricos e Práticos. Novas Tendências do Direito Civil e Comercial frente ao Contexto Brasileiro e Internacional. Sistema Tributário Nacional. Normas Gerais de Direito Tributário. Tributação da Microempresa. Crimes Contra a Fazenda Pública. Tributação Internacional. A Atividade Humana e o Trabalho. Contrato Individual de Trabalho. A Empresa no Direito do Trabalho e na lei brasileira. Participação dos Empregados nos Lucros da Empresa. Organização Sindical: Estrutura e Funcionamento. Negociação Coletiva. Dissídio Individual e Coletivo. Direito de greve. Legislação Previdenciária.	
Bibliografia: PALAIA, Nelson. Noções Essenciais de Direito. 2ºed. São Paulo: Saraiva, 2005. MARTINS, Ives Granda; PASSOS Fernando. Manual de Iniciação ao Direito. 1º ed. São Paulo: Thomson Learning, 2002. ACCIOLY, H. Manual de direito internacional público. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: **Economia Brasileira** - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Fundamentos da Economia	
Ementa: Evolução da economia local e brasileira. Ciclos econômicos. Ocupação econômica. Políticas e estratégias de desenvolvimento estrutura do PIB-Produto interno bruto. Desenvolvimento recente no Brasil. Agricultura e indústria. Comercio exterior. Inflação. Relações intersetorias e regionais.	
Bibliografia: MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio. Economia Brasileira. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2005. MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio. Formação Econômica no Brasil. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2005. FUSFELD, Daniel R. A Era do Economista. 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2005.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA**: Psicologia Aplicada a Administração** - Créditos: 2 CH: 40

Ementa:

O indivíduo e a organização. Comportamento humano. Personalidade. Papéis e valores. Processos de liderança. Tensão e conflito. Feedback. Exames dos problemas psicológicos relacionados com o desempenho humano nas atividades administrativas. Estudo das relações intergrupais. Comunicação e desenvolvimento organizacional. Aplicação das teorias e modelos conceituais aos problemas administrativos.

Bibliografia:

DAVIS, Keith; NEWSTROM, Jonh W. Comportamento Humano no Trabalho Vol. 1-Uma Abordagem Psicológica. 1º ed. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

DAVIS, Keith; NEWSTROM, Jonh W. Comportamento Humano no Trabalho Vol. 2-Uma Abordagem Organizacional. 3º ed. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

SPECTOR, Paul E. Psicologia nas Organizações. 1º ed. São Paulo, 2005. b

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: **Estatística Aplicada a Administração** - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Introdução ao Cálculo	
Ementa: Conceitos básicos. Séries estatísticas. Gráficos. Preparação de dados para análise estatística. Medidas estatísticas. Separatrízes. Assimetria e curtose. Probabilidades. Distribuição de probabilidades. Aplicações dos softwares estatísticos com uso do Computador. Testes de hipóteses sobre as provas paramétricas e não-paramétricas aplicáveis à pesquisa no campo da Administração..Distribuição de freqüências e suas características. Ajustamento de funções reais. Correlação e regressão linear. Noções de amostragem e testes de hipótese.	
Bibliografia: CLARK, Jeffrey; DOWNING, Douglas. Estatística Aplicada. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2005. BUSSAB, Wilton O; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica. 5º ed. São Paulo: Saraiva, 2005. MILONE, Giuseppe. Estatística Geral e Aplicada. São Paulo: Thomson Learning, 2005.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Contabilidade de Custos - Créditos: 2 CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: Contabilidade II	
Ementa: Introdução ao Sistema de Custos; Rateio em Custos; Modelos de Custeio; Regime ABC; Métodos de Custeio Padrão, UEP, PEP e Centro de Custos.	
Bibliografia: IUDÍCIBUS, Sergio de. Análise de Custos. São Paulo. Ed. Atlas. 1998. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custo. São Paulo. Atlas. 2004. COGAN, Samuel. Custos e Preços Formação e Análise. 1ºed. São Paulo, 2002.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Ética Empresarial e Responsabilidade Social - Créditos: 2 CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: Introdução a Filosofia	
Ementa: Conhecimento e discurso éticos. Valores morais. Normas morais. Responsabilidade moral e liberdade. Questões éticas contemporâneas. Verdade. Liberdade. A ciência. A política. Ética da Administração.	
Bibliografia: MOREIRA, Joaquim M. A Ètica Empresarial no Brasil. 1ºed. São Paulo: Thomson Learning, 2002. TEIXEIRA, Nelson Gomes. A Ètica no Mundo da Empresa. 1ºed. São Paulo: Thomson Learning, 1998. MARTINS, Ives Gandra. Ètica no Direito e Na Economia. São Paulo: Thomson Learning, 1999.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Organização e Métodos - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: TGA II e Informática Aplicada a Administração	
Ementa: As funções do Analista de OSM. Organização e reorganização. Análise Administrativa (Processo Organizador). Gráficos de Processamento e Organização (fluxogramas, funcionogramas, rede pert, cronogramas). Formulários. Layaut. Análise da Distribuição do Trabalho (QDT). Manual de Organização e Administração. Ambientação.	
Bibliografia:	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA: Administração da Produção I - Créditos: 4 CH: 80

PRÉ – REQUISITO: TGA II

Ementa:
Abordagem de sistemas de administração da produção como parte de um sistema maior e mais complexo, com a orientação voltada para as negociações básicas do estudante de administração. Histórico. Conceitos e estrutura da administração de produção. Sistemas de produção. Planejamento e controle da produção. Desenvolvimento de novos produtos. Técnicas modernas de administração de produção. Manutenção industrial. Balanceamento da produção. Qualidade e produtividade. Modelos de qualidade. Competitividade.

Bibliografia:
CHAMBERS, Stuart; HARLAND, Christine; HARRISON, Alan; JOHNSTON, Robert; SLACK, Nigel. Administração da Produção. 2ºed. São Paulo: Atlas, 2002.
CORRÊA, Carlos A; CORRÊA, Henrique L. Administração da Produção e Operações (Manufatura e Serviços: Uma Abordagem Estratégica). 1º ed. São Paulo: Atlas, 2004.
GURGEL, Floriano do Amaral . Administração do Produto. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA**: Gestão de Pessoas** - Créditos: 4 CH: 80

PRÉ – REQUISITO: ***Psicologia Aplicada a Administração***

Ementa:
Estuda a relação entre empresa e o ambiente econômico-social e a função dos recursos humanos na contribuição para a realização dos propósitos estratégicos da empresa. Focaliza, na função dos recursos, o desenvolvimento das pessoas e das competências para que a empresa realize sua missão e atinja suas metas, contribuindo para a satisfação dos parceiros do negócio: clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e comunidade.

Bibliografia:
BITENCOURT, Claudia. Gestão Contemporânea de Pessoas: Novas Práticas, Conceitos Tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2003.
CSIKSZENTIMIHALYI, Mihaly. Gestão Qualificada: A Conexão entre Felicidade e Negócios. Cporto Alegre: Bookman, 2004.
SWAP, Leonard. Centelhas Incandescentes: Estimulando a Criatividade em Grupos. Porto Alegre: Bookman, 2003.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Marketing - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: TGA II	
Ementa: Estudo constante do consumidor e das tendências de mercado, para definições da fabricação do produto ou serviço, e sua composição, distribuição e utilização final. Compatibilidade dos interesses do consumidor e da empresa. Organização de Marketing. O sistema de formação de marketing.Planejamento de marketing.	

Bibliografia:
KOTLER, Philip. Administração de Marketing. 10º ed. São Paulo: Pearson Education, 2000.
KOTLER, Philip. Princípios de Marketing. 9º ed. São Paulo: Pearson Education, 2003
HOOLEY, Graham J; PIERCY, Nigel F; SAUNDERS, John A. Estratégia de Marketing e Posicionamento Competitivo. 3º ed. São Paulo: Pearson Education, 2005.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS

DISCIPLINA: Administração de Recursos Humanos - Créditos: 4 CH: 80

PRÉ – REQUISITO: Gestão de Pessoas

Ementa:
As organizações e a administração de pessoal. Evolução da administração de pessoal. Funções administrativas e operacionais de administração de pessoal. Desafios da gestão de pessoal. Responsabilidade social das organizações. Significado do trabalho. Novos paradigmas de cargos e salários. Outplacemient. Educação e treinamento. Cenários futuros.Conhecimento sobre organizações: conceitos e objetivos; organizações formais e informais; as organizações e ambiente. O comportamento humano nas organizações: modelo explicativo do comportamento; teorias da motivação no trabalho, valores humanos e motivação, cultura organizacional: conceitos elementos e importância.

Bibliografia:
MILKOVICH, George T; BOUDREAU, Jonh W. Administração do Recursos Humanos. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2000.
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003.
CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos (O Capital Humano das Organizações). 8º ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	**EMENTA DE DISCIPLINAS**
DISCIPLINA: **Administração Financeira e Orçamentária** - Créditos: CH:	
PRÉ – REQUISITO: Matemática Financeira	
Ementa: Significado e objetivo da administração financeira. Administração do ativo circulante. Administração do passivo circulante. Fontes de recursos a longo prazo. Política de Dividendos. Formação de preços de vendas. Factoring. Orçamento: conceitos básicos. Orçamento operacional. Orçamento econômico-financeiro. Orçamento de investimentos. Execução orçamentária.	
Bibliografia: GITMAM, Lawrence; MADURA, Jeff. Administração Financeira (Uma Abordagem Gerencial). São Paulo: Pearson Education, 2003. GITMAM, Lawrence. Princípios de Administração Financeira. 10º ed. São Paulo: Pearson Education, 2004. BRIGHAN, Eugene F; WESTON, Fred. Fundamentos da Administração Financeira. 10º ed. São Paulo: Pearson Education, 2000.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Administração da Produção II - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Administração da Produção I	
Ementa: Função operacional nas empresas. Área de produção: projeto de produto, previsão de vendas, medida do trabalho, estoques, controle de qualidade. Técnicas de tomada de decisão segundo o enfoque quantitativo. Aplicações práticas dos tópicos ministrados, utilizando microcomputadores com aplicativos para a área de produção. Estudo de casos dentro da realidade brasileira. Papel dos aspectos sociais, éticos e ambientais.	
Bibliografia: LAUGENI, Fernando Piero; MARTINS, Petrônio Garcia. Administração da Produção. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2005. TUBINO, Dalvio Ferrari. Manual de Planejamento e Controle da Produção. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2000. GURGEL, Floriano do Amaral. Administração do Produto. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2001.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Administração Estratégica e Competitividade - Créditos: 2 CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: Administração da Produção I	
Ementa: Conceitos de política e estratégia. Administração estratégica. Modelos formas de planejamento estratégico. Metodologia de formulação empresaria. Aspectos gerenciais da administração estratégica.	
Bibliografia: TAVARES, Mauro C. Gestão Estratégica. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2004. OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento Estratégico. 21º ed. São Paulo: Atlas, 2004. OLIVEIRA, Djalma de P. R. Estratégia Empresarial e Vantagem Competitiva. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2005.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: **Análise de Custos e Formação de Preços** - Créditos: 2 CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: Contabilidade de Custos	
Ementa: Custos Fixos e Variáveis. Relação custo volume-lucro e ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro. Alavancagem operacional. Custeio direto ou variáveis. Margem de contribuição e limitações na capacidade produtiva. Decisões especiais: produzir ou comprar, alterações de tecnologia. Critérios de avaliação dos estoques e sistemas de custos. Custo departamental. Análise das variações entre padrão e real.	
Bibliografia: IUDÍCIBUS, Sergio de. Análise de Custos. São Paulo. Ed. Atlas. 1998. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custo. São Paulo. Atlas. 2004.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: **Administração de Vendas - Créditos: 2** CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: Marketing	
Ementa: Administração de Vendas; Componentes estratégicos; técnicas de vendas; conceito e componentes de um sistema de vendas. Planejamento de produto. Planejamento de empreendimento. Conceitos básicos de Produto. A decisão do composto de produto, da marca.	
Bibliografia: CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação à Administração de vendas. São Paulo:. Fundação Getúlio Vargas, 1991. COBRA, Marcos. Administração de Vendas. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1994. MEGIDO, José L. M; SZULCSEWSKI, Charles John. Administração Estratégica de Vendas e Canais de Distribuição. 1º ed. São Paulo: Atlas: 2002.	
FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Pesquisa Mercadológica - Créditos: 2 CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: Marketing	

Ementa: Modelos de comportamento do consumidor. Segmentação do mercado: técnicas, tipos e estratégias. Análise quantitativa e qualificativa de mercado: instrumentos e técnicas. O sistema de informação mercadológica: aplicações. Novas tecnologias e métodos interdependentes. Estratégias de marketing face ao contexto brasileiro.
Bibliografia: GRACIOSO, Francisco. Marketing Estratégico Planejamento Estratégico Orientado para o Mercado. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2005. MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de Marketing Vol. 1 6º ed. São Paulo: Atlas, 2005. MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de Marketing Vol. 2 2º ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: **Planejamento Estratégico** - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Administração Estratégica e Competitividade	
Ementa: Conceitos de política e estratégia. Administração estratégica. Modelos formas de planejamento estratégico. Metodologias de formulação empresarial. Aspectos gerenciais da administração estratégica.	
Bibliografia: GOMES, Luis Flavio A. ARAYA, Marcela Cecília Gozález. CARIGNONO, Claudia. Tomada de Decisões em Cenários em Complexos. São Paulo :Thomson Learning, 2004. CAVALCATI, Marly. Estratégica de Negócios. 2º ed. São Paulo: Thomson Learning, 2004 OLIVEIRA, Djalma de P. Rebolças de. Planejamento Estratégico. 21º ed. São Paulo: Thomson Learning, 2004.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: **Administração de Sistema de Informação** - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: OSM	
Ementa: Administração do Sistema de Informações. Tipos e usos de informação. SIG. Sistemas executivos. Tópicos em Gerenciamento dos Sistemas. Uso estratégico da tecnologia da informação. Desenvolvimento de ambientes eficientes/eficazes da tecnologia da informação. Internetworked business, intranets. Níveis de informação gerência de informação. Integração de sistemas. Plano de dados.	
Bibliografia: IMONIANA, Joshua Onome. Auditoria de Sistemas de Informação. 1º ed. SP: Atlas, 2005. ALBERTIN, A. L. Administração de informática: funções e fatores críticos de sucesso. São Paulo Atlas ,1996. ALVES, L. Protocolos: para redes de comunicação de dados. São Paulo: Atlas, 1991.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: **Logística Empresarial** - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Administração da produção II	
Ementa: Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Estudos das técnicas de compras, armazenagem, distribuição e transporte, nos setores público e privado, sob o enfoque da logística industrial, que se inicia no planejamento das necessidades de material até a colocação do produto acabado no cliente final.	
Bibliografia: CHISTORPHER, Martin. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 1ºed. São Paulo: Thomson Learning,2002. LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa (Meio Ambiente e Competitividade). São Paulo: Pearson Education, 2003. TAYLOR, David A. Logística na Cadeia de Suprimentos (Uma Perspectiva Gerencial). São Paulo: Pearson Education, 2005.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Laboratório I- Pratica de Administração - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Disciplinas se do IV período	
Ementa: Apresentação dos conceitos gerais sobre a cultura empreendedora. Visita a empreendimentos e empresadas na região de Porto Velho e no interior do Estado. Conceitos do novo paradigma. Empreendedorismo e o método de como aprender a se tornar empreendedor. Visão, oportunidade e criatividade. Discussão com os empreendedores.	
Bibliografia: DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo. Cultura, 1999. .DOLABELA, Fernando. A Vez do Sonho. São Paulo.: Cultura Editores Associados, 2000. DOLABELA, Fernando. FILLION, Louis Jacques. Boa Idéia ! E Agora ? São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999. SOFTWERE Make Money – www. Starta.com.br	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Simulação Estratégica - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Planejamento Estratégico	
Ementa: Simulação estratégica: metodologia, teoria e realidade empresarial. Jogos de empresas. Aperfeiçoamento gerencial. Processo de ensino e aprendizagem. Capacitação empresarial. Vivências organizacionais. Maestria pessoal. Modelos mentais. Visão compartilhada e aprendizagem em equipe.	
Bibliografia: SENGE, P. A. A Quinta Disciplina: arte e prática da organização que aprende. São Paulo: Editora Best Seller, 2000. SENGE, P. A. et all. A Quinta disciplina: estratégia e ferramentas para construir uma organização que aprende – caderno de campo. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. BATEMAN, T.S. SNELL, S. A Administração Construindo a Vantagem Competitiva. São Paulo: Atlas. 1998. DAY, G. S. REIBSTEIN, D. J. A Dinâmica da Estratégia Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1999.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Análise de Investimentos - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Administração Financeira e Orçamentária	
Ementa: Fontes de financiamento, custos e riscos. Métodos de análise de projetos de investimento. Efeitos do financiamento sobre a estrutura de capital das organizações.	
Bibliografia: FIEICHER, Gerald A. Teoria de Aplicação do Capital: um estudo das decisões de investimento. São Paulo: Edgar Bluches e ed. USP, 1990. BIERMAN, Jr. Harold e Smidt, Saymour. As Decisões de orçamento de Capital: análise econômica e financeira de projetos de investimentos. Rio de Janeiro: Guanabara dois, 1978.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: **Administração Pública** - Créditos: 2 CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: TGA II	
Ementa: Fundamentos da administração pública no Brasil. Parâmetros para comparação interinstitucional. As transformações nas organizações. Aspectos da administração pública em paises desenvolvidos. Aspectos da administração pública nos paises em desenvolvimento. Estudo de caso em administração pública comparada.	
Bibliografia: DARF. R. Administração. Rio de Janeiro: LTC, 1999. FOUCHER, D. Guia de Gerenciamento no Setor Público. Brasília: ENAP, 2001. FREIRE, E. Ética na Administração Pública. Rio de Janeiro: Impetus, 2004. LEITE, T. Cidadania, Ética e Estado. Fortaleza: Unifor, 2002.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Pesquisa **Operacional** - Créditos: 2 CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: Administração da Produção	
Ementa: Tomada de decisões na administração; o processo da tomada de decisão; construção do modelo de decisão. Métodos estatísticos; árvores de decisão; simulações estatísticas. Programações; métodos de transporte e de designação; método simplex; análise de sensibilidade. Utilização integrada das tecnologias computacionais; a utilização isolada de ferramentas.	
Bibliografia: PUCCINI, A. de Lima. Introdução á Programação Linear. Rio de Janeiro, 1977 ACKOFF, Russell. e Sasieni, Maurice W. Pesquisa Operacional. Rio de Janeiro. 1977 CSILLAG, J. M. Análise do valor: metodologia do valor. São Paulo: Atlas, 1996.EUREKA, W.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Gestão de Qualidade e Produtividade - Créditos: 2 CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: Planejamento Estratégico	
Ementa: Conceitos e Evolução da Gestão da Qualidade; Sistemas da Qualidade na dimensão da organização de empresas. Gestão integrada da Qualidade e Produtividade.	
Bibliografia: OLIVEIRA, Otávio J. Gestão de Qualidade (Tópicos Avançados). São Paulo: Thomson Learning, 2003. MOREIRA, D. A. Medida da Produtividade na Empresa Moderna. Livraria Pioneira,1991. MOREIRA, D. A. - Os Benefícios da Produtividade Industrial - Livraria Pioneira Editora, 1994	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Laboratório II – Prática de Administração - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Laboratório I	
Ementa: Conhecimento dos caminhos que o conduzirão para um auto-aprendizado para se tornar um empreendedor; as avaliações e seus instrumentos da oficina (prática) do empreendedor. Apoiando as atividades os alunos terão palestras de empresários e/ou agentes públicos empreendedores onde discutirão com eles as estratégias utilizadas por suas organizações e sua visão empreendedora dos negócios. Apreensão dos caminhos do auto-aprendizado, os 8 caminhos do empreendedor formatar um plano de negócio. Discussão com os empreendedores. O relato da história de vida do empreendedor. Relatório das visitas às empresas. Elaboração de um plano de negócio teórico (projeto desenvolvido ao longo de II módulo).	
Bibliografia: DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo. Cultura, 1999. MICHAEL H. MORRIS – Entrepreneurial Intensity – Editora: Quorum Books. ANPROTEC – Empreendedorismo: competência para pequenas e médias empresas. (Org) Eda Castro Lucas de Souza, Brasília: AMPROTEC, 2001. BERNHOEFT, Renato. Como tornar-se Empreendedor em qualquer idade. São Paulo: Nobel, 1996 SOUZA, Eda C.L. e Guimarães, Tomás de Aquino. Empreendedorismo Além do Plano de Negócio. São Paulo: Atlas, 2005. SOFTWERE Make Money – www. Starta.com.br	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Elaboração e Gestão de Projetos - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Planejamento Estratégico e Administração Financeira e Orçamentária	
Ementa: Análise da prática da elaboração e gestão de projetos. Importância do projeto: as origens, os tipos, as finalidades e as etapas de elaboração de um projeto. As técnicas de elaboração de projetos. Aspectos administrativos e legais, econômicos, técnicos e financeiros: elaboração e análise de projeto. Gestão de projeto. As metodologias alternativas. A prática da elaboração e gestão de projetos.	
Bibliografia: KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman. 2002.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Economia Internacional e Comércio Exterior - Créditos: 2 CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: Economia Brasileira	
Ementa: O conceito da Economia Internacional. O desenvolvimento desigual das economias. Os grandes sistemas. Sistema capitalista e fase monopolista atual. As relações intersistema e extra-sistema. A crise da ordem econômica internacional. América Latina na economia mundial. A inserção do Brasil na economia internacional.	
Bibliografia: LUDOVICO, Nelson. Comércio Exterior: Preparando sua Empresa para o Mercado global. São Paulo: Thomson Learning, 2002. SOARES, Claudio César. Introdução ao Comércio Exterior (Fundamentos Teóricos do Comércio Internacional). 1ºed. São Paulo: Saraiva, 2005. JUNIOR DI SIENA, Roberto. Comércio Internacional e Desenvolvimento (Uma Perspectiva Brasileira). 1º ed. Saraiva, 2005.	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Laboratório III Prática de Administração - Créditos: 4 CH: 80	
PRÉ – REQUISITO: Laboratório II	
Ementa: Aplicação dos conhecimentos teóricos da metodologia empreendedora; Elaboração de plano de negócio. Funcionamento integrado das funções empresariais, produto e mercado; processo de gestão e interações com dirigentes e funcionários. Atividades práticas de criação, organização e gestão de empresas ou instituições governamentais e não governamentais reinventadas.	
Bibliografia: HARVARD BUSINESS REVIEW ON ENTREPRENEURSHIP. Vários autores. Editora: Harvard Business School Press MICHAEL H. MORRIS – Entrepreneurial Intensity – Editora: Quorum Books. ANPROTEC – Enpreendedorismo: competência para pequenas e médias empresas. (Org) Eda Castro Lucas de Souza, Brasilia: AMPROTEC, 2001. BERNHOEFT, Renato. Como tornar-se Enpreendedor em qualquer idade. SP: Nobel, 1996 SOUZA, Eda C.L e Guimarães, Tomás de Aquino. Empreendedorismo Além do Plano de Negócio. São Paulo: Atlas, 2005. SOFTWERE Make Money – www. Starta.com.br	

FUNDAÇÃO UNIVER FEDERAL DE RONI UNIR	EMENTA DE DISCIPLINAS
DISCIPLINA: Seminário Integrado – Trabalho de Conclusão - Créditos: 2 CH: 40	
PRÉ – REQUISITO: Todas as Disciplinas do Curso	
Ementa: Apresentação do relatório das atividades de Laboratório de Pratica de Administração: compondo-se de estrutura científica, contemplando a reflexão teórica-prática com descrição das atividades e discussão dos resultados e das experiências vivenciadas, bem como as contribuições para melhoria dos métodos de administração nas organizações, o qual será defendido em banca especialmente montada para esse fim	
Bibliografia: Toda bibliografia utilizada no curso	

7. Premissas Didático-Pedagógicas

Na concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Administração da UNIR, as estratégias pedagógicas incluem todas as alterações que foram inseridas no Curso a partir da organização de seu Projeto Pedagógico inicial. Assim, este capítulo foi organizado com esta visão geral de estratégias didático-pedagógicas e inclui as mudanças globais que serão inseridas a partir das novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Administração no Brasil.

Essa nova orientação deixa claro que a formação do Administrador tem caráter generalista e não especialista, na medida em que enfatiza as capacidades necessárias a este profissional para atuação no conjunto do sistema produtivo. Além de proporcionar o desenvolvimento de habilidades multi-especialistas com o aprofundamento nas áreas específicas da profissão, dando maior sustentação à formação generalista.

As premissas didático-pedagógicas representam os instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular explicitada no perfil e competências a serem desenvolvidas com os acadêmicos, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão pedagógica.

A proposta curricular do Curso de Administração da UNIR está centrada no desenvolvimento de competências que exigirão uma prática pedagógica pautada na interação com o aluno e na construção do seu conhecimento. Assim, as iniciativas dos alunos, o diálogo, os diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo e a autonomia terão que ser considerados, para que aconteça não somente o saber fazer, mas também, acima de tudo, o saber por que está fazendo.

Certamente será necessário inserir os pressupostos de que a aprendizagem é mais centrada no aluno, na independência e na auto-gestão, voltada para a aplicação prática, baseada na experiência e na solução de problemas em grupo e exige uma ampla gama de conhecimentos para se chegar a uma solução.

A ação pedagógica tem ficado quase que somente sob a responsabilidade de cada professor em sua esfera de conhecimento e atitude. Certamente essa forma de agir não levará à consolidação do currículo proposto, pois as ações individuais tornam-se muitas vezes repetitivas, desgastando o processo.

É preciso inserir metodologias que possam levar à integralização e ao espírito de equipe, o que é primordial para o desenvolvimento, tanto no corpo docente quanto no discente, da efetiva capacidade de interagir e compartilhar conhecimentos e experiências.

Assim, as premissas a serem incorporadas ao desenvolvimento do currículo deverão ter caráter investigativo e construtivo, levando o acadêmico de Administração a ser co-responsável pelo seu aprendizado.

As disciplinas e atividades complementares, previstas na nova grade curricular podem ser destacadas como instrumentos para que o aluno desenvolva a sua capacidade de gerenciar a sua vida acadêmica, incluindo na sua formação conteúdos e conhecimentos que trarão contribuição para o foco profissional por ele perseguido.

Além das abordagens já utilizadas como: estudos de caso, pesquisa de campo em diversas modalidades, relatos de experiência, painéis de debate, seminários serão inseridos com metodologias inovadores, onde o acadêmico terá a oportunidade de mostrar a relação teoria-prática na efetivação do processo de interação entre os docentes em busca da interdisciplinaridade.

O objetivo primordial é ensinar o aluno a aprender, possibilitando que ele busque o conhecimento nos vários meios de difusão do conhecimento hoje disponíveis e que aprenda a pesquisar e utilizar esses meios.

A idéia é a inserção de módulos dentro das atividades complementares no final do curso, onde os vários professores orientadores ficarão encarregados de elaborar o planejamento, montagem e supervisão das atividades a serem desenvolvidas nessa modalidade.

Estas atividades deverão ser integradas com a elaboração do trabalho de conclusão de curso e com as atividades de laboratório de práticas de administração que vem dar nova dinâmica ao velho estágio curricular ou estágio supervisionado, de maneira a facilitar o processo de integração entre a teoria e a prática da administração.

Vale salientar que as propostas aqui apresentadas não impedem o exercício pleno da capacidade criativa do docente em sua prática pedagógica. Representam apenas instrumentos de ação absolutamente necessários objetivando a garantia de padrões elevados de qualidade no processo de ensino-aprendizagem, assim como de sustentação dos princípios que orientam este Projeto Pedagógico.

Essas Premissas, além de procurar atender as Novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Administração no Brasil, atenderá as características regionais dos CAMPI de Cacoal, Guajará-Mirim e Porto Velho, através da inserção de várias disciplinas de caráter complementar que possam dar reflexibilidade ao curso, uma vez que os coordenadores de departamento poderão eleger uma ou outra em função da realidade local, e colocar a apreciação do colegiado do curso, para então oferecer no semestre subseqüente. .

As atividades complementares abordam os assuntos inerentes a administração geral e são classificadas como:

- Palestras; Seminários; Encontros;
- Eventos propostos pelo Departamento/Universidade/Professor;
- Realização de trabalhos/projetos de pesquisas;
- Cursos de aperfeiçoamento;
- Participação na Coordenação de: festivais, eventos culturais, etc.
- Ações de extensão Universitária;
- Participação em projetos da empresa Junior;

8. Interdisciplinaridade

O ensino tem em sua essência a organização do conhecimento em forma de disciplinas, onde existem divisas bem delimitadas. Essa organização é resultado do modo de transmissão dos saberes da sociedade. Para o historiador francês André Chervel, "a disciplina é o preço que a sociedade paga à cultura para passá-la de uma geração a outra".

A característica de agrupar diversos saberes sobre questões de seu interesse permite que se faça a transposição dos seus resultados de modo inovador e contributivo na criação da relação de novas realidades.

O conceito de interdisciplinaridade é representativo de uma idéia que não se ocupa meramente da divisão de um mesmo objeto entre várias disciplinas diferentes (estudam diferentes aspectos segundo pontos de vista diferente).

A interdisciplinariedade complementa a aproximação disciplinar, ela faz surgir da confrontação das disciplinas novos dados que se articulam entre si. É importante lembrar que esse diálogo entre disciplinas não se restringe a um determinado tipo de ciências, "a visão transdisciplinar é deliberantemente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências exatas pelo seu diálogo e a sua reconciliação não somente com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia, e a experiência interior"

Porém considera-se que atualmente a pedagogia desempenha um papel interdisciplinar ou multidisciplinar, temos a necessidade de realizar o difícil salto para a transdisciplinaridade. "Uma educação autêntica não pode privilegiar a abstração no conhecimento, deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdiciplinar reavalia o papel da intuição, da imaginação, da sensibilidade e do corpo na transmissão do conhecimento"

Para chegar a uma educação autêntica, "há necessidade de um pensamento que ligue o que está separado e compartimentado, que respeite o diverso e ao mesmo tempo em que reconhece o uno, que tente discernir as interdependências" (Morin. Edgar). Para tanto é necessária a reforma de pensamento.

A separação do saber em disciplinas que rejeitam as ligações com o seu meio, tornam-se abstratas. A especialização se insere num setor conceitual abstrato que é o da

disciplina compartimentada, cujas fronteiras rompem arbitrariamente a sistemicidade (a relação de uma parte com o todo) e a multidimensionalidade dos fenômenos".

Tendo visto estes conceitos, todos os cursos que possuem características de interação entre várias disciplinas, devem buscar em sua base de ensinar o conhecimento permanente, ou seja, contextualizar, globalizar os campos do seu saber.

9. Avaliação

Os estudantes universitários, nos últimos anos, devido a heterogeneidade etária que vai desde adolescentes a adultos, vêm sofrendo um desgaste significativo no processo de ensino e aprendizagem. Mesmo diante de tantas transformações na vida do ser humano, o sistema tradicional de ensino continuam estruturados como se a mesma pedagogia utilizada para as crianças devesse ser aplicada aos adultos.

Baseado nessas diferenças estruturais do processo de aprendizagem, Malcolm Knowles define uma nova ciência, a Andragogia, sendo essa a arte de ajudar o adulto a aprender. Destes estudos, Knowles expõe cinco princípios, ou hipóteses, que têm sido validados pela prática e são de suprema valia para o processo educacional do adulto.

Os cinco princípios são:

1. Autonomia: o adulto sente-se capaz de tomar suas próprias decisões (auto-administrar-se) e gosta de ser percebido e tratado como tal pelos outros.

2. Experiência: a experiência acumulada pelos adultos oferece uma excelente base para o aprendizado de novos conceitos e novas habilidades.

3. Prontidão para a aprendizagem: o adulto tem maior interesse em aprender aquilo que está relacionado com situações reais de sua vida.

4. Aplicação da aprendizagem: as visões de futuro e tempo do adulto levam-no a favorecer a aprendizagem daquilo que possa ter aplicação imediata, o que tem como corolário uma preferência pela aprendizagem centrada em problemas em detrimento de uma aprendizagem centrada em áreas de conhecimento.

5. Motivação para aprender: os adultos são mais afetados pelas motivações externas. (Vale lembrar que as motivações externas estão ligadas seja ao desejo de obter prêmios ou compensações, seja ao desejo de evitar punições; as motivações internas estão ligadas aos valores e objetivos pessoais de cada um).

Decorrem desses princípios alguns conceitos importantes para o processo educacional voltado ao adulto, no caso a universidade, dos quais destacamos os seguintes:

- Adultos querem entender o porquê da necessidade de aprender uma coisa;
- Adultos gostam de aplicar seu conhecimento prévio no processo de aprendizagem;
- Adultos interessam-se pela aprendizagem de coisas que possam aplicar imediatamente e;
- Os processos de aprendizagem voltados a adultos devem ser centrados em problemas e não em conteúdos (sempre que cabível).

Por estar a maioria dos universitários na fase de transição acima mencionada, não pode haver um abandono definitivo dos métodos clássicos. Eles precisarão ainda de que lhes seja dito o que aprender e lhes seja indicado o melhor caminho a ser seguido. Mas devem ser estimulados a trabalhar em grupos, a desenvolver idéias próprias, a desenvolver um método pessoal para estudar, a aprender como utilizar modo crítico e eficiente os meios de informação disponíveis para seu aprendizado.

O professor precisa se transformar num tutor eficiente de atividades de grupos, devendo demonstrar a importância prática do assunto a ser estudado, deve transmitir o entusiasmo pelo aprendizado, a sensação de que aquele conhecimento fará diferença na vida dos alunos; ele deve transmitir a sensação de que aquela atividade está mudando a vida de todos e não simplesmente preenchendo espaços em seus cérebros.

Os adultos têm experiências de vida mais numerosas e diversas que as crianças. Isto significa que, quando formam grupos, estes são mais heterogêneos em conhecimentos; necessidades; interesse e objetivos. Por outro lado, uma rica fonte de consulta estará presente no somatório das experiências dos participantes.

Assim sendo, o processo avaliativo universitário pode partir dos seguintes aspectos:

- Explorar as experiências dos universitários em discussões de grupo, exercícios de simulação, aprendizagem baseada em problemas e discussões de caso.
- Técnicas de revisão a dois, revisão pessoal, auto-avaliação e detalhamento acadêmico do assunto, sendo quem o próprio professor

também poderá explicitar a necessidade da aquisição daquele conhecimento.

- Envolvimento dos alunos no planejamento e na responsabilidade pelo aprendizado.
- Estimular e utilizar a motivação interna para o aprendizado através de atividades, aplicação de projetos que satisfaçam os anseios dos alunos junto à coletividade, ou mesmo, o próprio grupo em sala.
- Apresentação de seminários, painéis ou mini cursos apresentando os resultados de alguma atividade proposta partindo da realidade do grupo ou comunidade.
- Eventuais avaliações escritas ou trabalhos, conforme o conteúdo a ser ministrado, se necessário.

Por trabalhar com faixas etárias limítrofes entre a pedagogia e a andragogia, não pode-se abandonar os métodos clássicos radicalmente, nem pode-se, por outro lado, tolher o amadurecimento dos universitários através de um currículo rígido, que não valorize suas iniciativas, suas individualidades, seus ritmos particulares de aprendizado.

Precisa-se estimular o autodidatismo, a capacidade de autoavaliação e autocrítica, as habilidades profissionais, a capacidade de trabalhar em equipes. Estimular a capacidade pessoal pelo próprio aprendizado e a necessidade e capacitação para a aprendizagem continuada ao longo da vida. Precisa-se estimular a responsabilidade social, formando profissionais competentes, com auto-estima, seguros de suas habilidades profissionais e comprometidos com a sociedade à qual servirão.

10. Educação Continuada.

Desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico estão diretamente associadas à velocidade e continuidade do processo de expansão educacional.

De acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2002), essa relação direta - desenvolvimento sustentável e educação - se estabelece a partir de duas vias de

transmissão distintas. Por um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza. Por outro, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social, na medida em que a condição de "ativo não-transferível" faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos. (BARROS, 2002, p.6). Isso é relacionado com o que Sen (2000, p. 29) sugere: "O crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo". Este desenvolvimento tem de estar relacionado, antes de tudo, com a melhoria da qualidade de vida e das liberdades que desfrutam (BARROS, 2002, p.21). Em relação a isso, é necessário definir uma política de expansão acelerada da educação de modo a assegurar as bases de um desenvolvimento sustentável.

É impossível articular preservação ambiental sem uma ação educativa. A Educação Ambiental, como resposta passa a analisar os componentes reflexivos, ativos e comportamentais, permitindo a compreensão do ambiente de uma maneira mais holística, um ambiente integrado, articulado, orgânico em sua totalidade, no sentido que a Educação Ambiental venha reivindicar e preparar os cidadãos para exigir, como seus direitos básicos, uma maior justiça social, uma comprometida cidadania, possibilitando uma autogestão e uma exigência de ética nas relações com a comunidade e com a Natureza, resguardando aquilo o que ela tem a oferecer. (RODRIGUES, 2001, p.3). Assim sendo, a Educação Ambiental marca o início do processo de conscientização quanto ao meio ambiente e a integração do ser humano, resultando em ações transformadoras.

Outro ponto importante que trouxe para a exemplificação é o conceito de ecopedagogia, que foi introduzido no Brasil, inicialmente por Paulo Freire e vem se desenvolvendo desde então, incorporando sustentabilidade da vida em geral, para além da economia e do velho conceito de ecologia. Não é uma mera educação ambiental, mas trata-se de uma educação que contribua para uma nova forma de organizar a vida e que estabeleça novas relações entre o homem e a natureza. A consciência planetária é o grande objetivo da eco pedagogia (SOUZA, 2005).

Os déficits do atendimento ao ensino no Brasil são muito claros e resultaram ao longo dos anos, em um grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não

conseguiram terminar o ensino fundamental obrigatório (Plano Nacional de Educação, 2005, p.35).

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar essas transformações alterou a concepção tradicional de educação de jovens e adultos, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita. Desenvolve-se o conceito de educação ao longo de toda a vida, quando se rompe com o conceito de atividade finita de educação e se extrapola para a educação como processo que se desenvolve e complementa continuamente.

No entendimento de educação continuada, partindo-se do curso de graduação observa-se que há uma exigência intrínseca de continuidade através de cursos de pós-graduação lato sensu as conhecidas especializações e stricto sensu, os mestrados e doutorados.

A UNIR tem atualmente três cursos *Stricto Sensu* Institucionais: Biologia Experimental, Mestrado/Doutorado e Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Mestrado.

No que diz respeito à Pós-Graduação Lato Sensu, a UNIR vem oferecendo à comunidade rondoniense e região, Cursos de Especialização desde 1984, procurando atender, dentro de sua realidade local e regional, a urgente necessidade de atualização e qualificação dos egressos e de outros profissionais já estabelecidos no mercado de trabalho.

O Curso de Administração oferecerá curso lato sensu nas seguintes modalidades:

- Gestão Pública;
- Gestão Estratégica;
- Gestão de Pessoas;
- Gestão de Ecoturismo;
- Desenvolvimento Regional;
- Gestão de Agronegócio e sustentabilidade;
- MBA – Gestão Avançada de Negócios.
- Outras temáticas, como: Maketing; gestão de serviços e

Atendendo o que preconiza as diretrizes pedagógicas desse projeto, deve-se buscar continuamente elaborar novos projetos de pós-graduação de forma a atender a demanda dos egressos que encontram-se desenvolvendo suas atividades profissionais no mercado de trabalho. A seguir alinham-se os cursos stricto sensu os

quais foram submetidos a CAPES, no aguardo de aprovação. Tendo-se o objetivo de, após o amadurecimento do curso de mestrado, encaminhar projeto de doutorado a CAPES.

- Mestrado em Administração com área de concentração em gestão de organizações;
- Mestrado Profissional em Gestão Pública;
- Doutorado em Administração;
- Doutorado Profissional em Gestão Pública.

Conforme regimento geral da UNIR as atividades de educação continuada nas diversas modalidades são de competência dos Departamentos de Administração, devendo cada projeto ser concebido, elaborado, gerido, avaliado e controlado no âmbito da Coordenação do Departamento.

11. Incentivo a Pesquisa Científica

Na pesquisa a UNIR conta com um programa de Iniciação Científica (PIBIC), destinado a atender alunos de graduação interessados em desenvolver pesquisa, com apoio do CNPq, para diversos projetos de pesquisa desenvolvidos por professores e dispõe de infra-estrutura para atender essa demanda com os seus 15 laboratórios, 10 centros de pesquisa e 09 Grupos de Pesquisas.

O Curso de administração estará desenvolvendo ações no sentido de estimular os acadêmicos a ingressarem na pesquisa, a partir da criação de grupos de pesquisas interdisciplinar e em rede com os outros campi e outras instituições.

12. Monitoria

A Monitoria está prevista no artigo 84 da LDB 9393/96 como uma atividade acadêmica que poderá ser desenvolvida por alunos regularmente matriculados no Curso de Administração. Considerando ser uma atividade estratégica para o curso utilizará o regulamento proposto pela Pró-Reitoria de Graduação, o qual estabelece as normas e os instrumentos o Programa de Monitoria dos Cursos.

13. Estágio Curricular Supervisionado – Laboratório Prática de Administração

Considerando os critérios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Administração, pode-se optar entre a atividade de estágio supervisionado por atividade de Laboratório Prática de Administração, o que permitirá melhor planejamento das ações possibilitando combinar a teoria com a prática de administração. Serão desenvolvidas atividades programadas e pesquisas nas organizações, de forma estruturada, com vistas a cumprir o que estabelece a lei de estágio, porém, obtendo maior aproveitamento pelo discente. No anexo I, apresentam-se as Diretrizes Metodológicas do Laboratório Prática de Administração, as orientações e os instrumentos necessários às atividades nas organizações, as quais correspondem ao Estágio Curricular Supervisionado.

14. Consultoria Júnior de Administração

As EMPRESAS JUNIORES são associações civis sem fins lucrativos e com o prazo de duração indeterminado com sede e foro nas cidades dos Campi onde estão instalados os Cursos de Administração, no Estado de Rondônia, que se rege por um Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, denominada CONSULTORIA JÚNIOR DE ADMINISTRAÇÃO.

A CONSULTORIA JÚNIOR DE ADMINISTRAÇÃO tem por finalidade:

a) proporcionar a seus membros efetivos as condições necessárias à aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos à área de formação profissional;

b) colocar seus membros efetivos no mercado de trabalho em caráter de treinamento à futura profissão de Administrador, sempre com respaldo técnico-profissional competente;

c) realizar estudos e elaborar diagnósticos e relatórios sobre assuntos específicos inseridos em sua área de atuação;

d) assessorar a implantação de soluções indicadas para os problemas diagnosticados; e

e) valorizar alunos e professores do curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia – UNIR no mercado de trabalho e no âmbito acadêmico, bem como a referida instituição.

15. Revista de Administração da UNIR

A idéia de criação de uma revista Eletrônica em Administração, surgiu em reunião realizada em 11 de outro de 2005, entre os membros do Departamento de Ciências da Administração dos Campi de Guajará-Mirim, Cacoal e Porto Velho, quando da construção do novo Projeto Pedagógico para o Curso de Administração da UNIR. Os membros identificaram a necessidade de se criar um veículo de publicação e divulgação dos trabalhos acadêmicos do curso, ao nível de graduação e pós-graduação, quando for o caso, direcionada aos alunos e docentes de administração.

A proposição de criação de uma Revista servirá para suprir uma lacuna do curso, que é a viabilização da publicação da produção de excelentes trabalhos a nível de iniciação científica e de final de curso realizados dentro da UNIR pelo corpo acadêmico do curso de Administração nos três Campi, envolvendo ensino, pesquisa e extensão.

Para a revista, deverão ser observados alguns pontos importantes como: Autor Corporativo Departamento de Administração da UNIR, Conselho Editorial, Diretor de Publicações, Editor-Chefe e Corpo Editorial, mandato, estrutura, normas de publicação e submissão, viabilização da publicação entre outros.

Caberá aos Departamentos de Administração da UNIR reunirem-se para definir todo o processo de construção da revista.

15.1. Benefícios Vislumbrados

A criação de uma revista para publicação de trabalhos do curso de Administração poderá trazer vários benefícios ao corpo acadêmico e à sociedade empresarial como:

- ⇒ Os graduandos terão acesso a uma revista de forma mais fácil para apreciarem seus trabalhos e esse fato também poderá motivá-los a melhorar a qualidade de seus trabalhos e produzir em maior quantidade.
- ⇒ Os alunos poderão comparar a produção científica de iniciação científica do curso com a das demais IES e, conseqüentemente,

suscitar entre os professores uma maior criação de projetos de pesquisa e melhoria na capacidade de orientação;

⇒ Os professores poderão utilizarem-se de artigos para debater com alunos em sala de aula, enriquecendo sua disciplina através da discussão de novas idéias e criação de projetos, e despertando os graduandos para a investigação científica;

⇒ O curso de Administração poderá melhorar ainda mais os serviços prestados a comunidade, estabelecendo uma maior relação entre a Universidade e a Sociedade Empresarial, além de disseminar o conhecimento, facilitar seu acesso e incentivar a formação de bons profissionais, atualizados, inovadores e criativos.

No anexo II, apresenta-se o Regulamento de Editoração da Revista.

16. Trabalho Final do Curso

Como Trabalho de Conclusão de Curso, dentre as alternativas previstas nas Diretrizes Curriculares, optou-se pelo Relatório das Atividades de Laboratório de Prática de Administração e das atividades de estágio curricular desenvolvidas nas organizações, compondo-se de estrutura científica, contemplando a reflexão teórica-prática com descrição das atividades e discussão dos resultados e das experiências vivenciadas e as contribuições para melhoria dos métodos de administração nas organizações, o qual será defendido em banca especialmente montada para esse fim.

O Trabalho de Conclusão será apresentado na disciplina denominada de Seminário Integrado, a qual terá projeto próprio devendo ser apresentado pelo Professor da Disciplina ao Coordenador do Departamento para apreciação do Colegiado do Curso, visando a facilitação do suporte necessário a sua realização. O Projeto deve ser apresentado no semestre anterior ao de realização do seminário, com o tempo necessário para inclusão dos recursos no orçamento anual do Departamento.

17. Regimento Interno do Curso de Administração

O regimento interno do curso de administração tem como objetivo estabelecer o “modus operandi” geral das atividades de ensino, pesquisa e extensão em consonância com o regimento interno da UNIR. O regimento será operacionalizado conforme previsto no Anexo III do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Administração.

18. Anexos

Anexo I – Diretrizes metodológicas do Laboratório de Práticas de Administração e Estágio Curricular Supervisionado;

Anexo II – Regulamento de Editoração da Revista;

Anexo III – Regimento Interno do Curso de Administração.

ANEXO I

Diretrizes Laboratório Prática de Administração e Estágio Curricular

1. LABORATÓRIO PRÁTICA DE ADMINISTRAÇÃO

a) A carga horária das disciplinas de Laboratório Prática de Administração, mais uma disciplina complementar e o seminário integrado compõem às 300 horas correspondente a exigência de estágio curricular.

b) Conforme Matriz Curricular essas disciplinas e atividades serão realizadas no 6º, 7° e 8º períodos.

c) Os Laboratórios Prática de Administração substituirão as disciplinas da grade anterior, denominadas de: 1) Formação de Empreendedores; 2) Empreendedorismo e 3) Administração de Pequena e Média Empresa. No entanto, as atividades dos laboratórios ganharão a amplitude das funções pragmáticas de gestão das organizações, os instrumentos e as técnicas de administração.

d) Serão consideradas atividades de prática de administração e estágio curricular: vivência empresarial, consultoria, capacitação vinculada a algum projeto específico, monitoria, orientação, leitura bibliográfica, pesquisas de iniciação científica, extensão universitária, preparação de questionários e relatórios.

e) A carga horária deverá atender a seguinte distribuição:

ATIVIDADES	Carga Horária
1 – em Laboratório Prática de Administração	106
2 – em Laboratórios de informática	50
3 – em Empresas	84
4 – em Disciplina Complementar	40
5 – em Seminário Integrado	40
Total	300

1.1 Laboratório I

a) Nessas atividades serão apresentados aos alunos os conceitos gerais sobre a cultura empreendedora, apoiada com exposição de vídeos, palestras de empresários empreendedores e de organizações públicas: do executivo, legislativo e do judiciário e visita a empreendimentos e empresa das na região de Porto Velho e no interior do Estado.

b) Para realização dessas atividades serão utilizados: quadro branco, micro, data-show, textos, carros, ônibus, vídeos.

1.2 Laboratório II

a) Nessa fase o aluno conhecerá os caminhos que o conduzirão para um auto-aprendizado para se tornar um empreendedor; as avaliações e seus instrumentos da oficina (prática) do empreendedor. Apoiando as atividades os alunos terão palestras de empresários e/ou agentes públicos empreendedores onde discutirão com eles as estratégias utilizadas por suas organizações e sua visão empreendedora dos negócios.

b) Para realização dessas atividades serão utilizados: quadro branco, micros no laboratório de informática, softwere Make Money, data-show, textos, carros, ônibus, vídeos.

1.3 Laboratório III

a) O laboratório prática de Administração será desenvolvido no 8° período do Curso de Administração. Os alunos, em grupo com o mínimo de 5 e o máximo de 10 integrantes, aplicarão os conhecimentos na elaboração de um plano de negócio para criação e gestão de uma empresa/organização de acordo com a realidade do mercado e ambiente institucional, desenvolvendo as atividades de gestão, estruturação e implementação da produção, comercialização, avaliação e controle. O negócio da empresa, a ser criada, estará relacionada com a disciplina complementar escolhida pelos grupos. Para desenvolver esta atividade os alunos terão que entender de todo o funcionamento de uma empresa e estabelecer relações entre os componentes do grupo como se fossem dirigentes e colaboradores.

b) Será organizado um Encontro de Estudos e Pesquisas em Administração, o qual coincidirá com o seminário integrado de apresentação de Trabalho de Conclusão. Em paralelo a estes eventos os discentes devem organizar um evento – feira de negócios – para apresentar seus empreendimentos e comercializar seus produtos, os quais serão avaliados pela apresentação de seus relatórios de prática de administração, apresentação de artigos, resultados de estudos e pesquisas em administração, os quais serão inscritos adicionalmente aos relatórios e ainda, pela organização e performance na feira de negócios. Nesse encontro também serão apresentados trabalhos de pesquisadores, docentes e discentes de todos os períodos dos cursos de qualquer campi, por inscrição espontânea.

c) Para realização dessas atividades serão utilizados: planejamento estratégico, relatórios de gestão, balanços, PCCS, folhas de pagamento, planos de marketing, planos de produção, planos de comercialização e de vendas, micros no laboratório de informática, softwere Make Money, data-show, textos, vídeos, carros e ônibus.

1.4 Operacionalização

a) As disciplinas de laboratório terão um professor efetivo, porém, serão compartilhadas com os professores especializados por macro-função da administração, conforme planejamento das atividades por período.

b) A disciplina complementar terá aplicação normal, devendo o grupo aprofundar-se no conteúdo para dar sustentação ao negócio escolhido e ao relatório de trabalho de conclusão.

c) As feiras de negócio deverão ser realizadas alternadamente em campi diferentes com a participação dos grupos de outros campi, será uma feira inter-campi, cada semestre estruturada em uma cidade Porto Velho, Guajará-Mirim ou Cacoal.

d) Para realização da feira os Departamentos devem incluir no orçamento anual os recursos de estrutura, deslocamento e estadia dos docentes e dos discentes na cidade de destino.

2. ESTÁGIO CURRICULAR

a) Considera-se Estágio Curricular Supervisionado as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao discente, pela participação em situações reais de vida e trabalho. O Estágio é uma atividade acadêmica obrigatória, fundamenta-se na lei n. º 6.494 de 07/12/77, regulamentada pelo decreto n.º 87.497 de 18/08/82, complementada pela resolução nº 1/CNE/CES, de 2 fevereiro de 2004 e é regido por este regulamento.

b) As atividades de estágio realizadas nas organizações públicas ou privadas não acarretam vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo haver um acompanhamento contínuo da UNIR.

c) O Estágio Curricular Supervisionado tem por finalidades:

I) Proporcionar ao acadêmico, condições de experiências práticas, em consonância com o seu aprendizado teórico, visando o aperfeiçoamento de seu processo de formação profissional;
II) Favorecer o processo de feedback sobre a estrutura curricular dos Cursos de Graduação;

III) Realizar experiências de pesquisa e extensão universitária;
IV) Contribuir para o alcance do perfil profissiográfico definido pelo Curso;
V) Propiciar adaptação psicológica e social do acadêmico à sua futura atividade profissional.

2.1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR

a) As atividades de Estágio, serão realizadas na comunidade em geral, nas Empresas Juniores de Administração, Laboratórios Prática de Administração e em organizações públicas ou privadas, que concordem em proporcionar experiências práticas na área de formação do acadêmico.

b) As atividades de Estágio Curricular estão inseridas na disciplina de Laboratório Prática de Administração, sendo competência do professor da disciplina, em consonância com a coordenação do departamento de administração, a busca de parceria e celebração de convênios com as organizações e o termo de Compromisso com os acadêmicos.

c) O estágio realizado na empresa júnior de Administração da UNIR e em empresas que o estagiário mantenha vínculo como empregado, bolsista ou proprietário, devidamente comprovado, a critério da organização, poderá ser dispensada a formalização de convênio, não sendo dispensado, porém, do termo de compromisso de estágio curricular e do relatório de estágio.

d) Durante o desenvolvimento do estágio em organizações públicas ou privadas em que o estagiário não tenha nenhum vínculo como empregado ou proprietário, o mesmo deverá estar coberto por Seguro Contra Acidentes Pessoais, o qual deve ser providenciado pelo discente.

e) O estágio curricular em qualquer das situações acima devem estar vinculadas as atividades de laboratório, com orientação dos discentes designados, especialistas por macro-função e coordenado pelo professor da disciplina de laboratório, em áreas compatíveis com a sua formação acadêmica.

f) Constituem-se condições obrigatórias para o acadêmico iniciar o estágio curricular, além das já citadas: estar matriculado na disciplina e ter seu plano de estágio curricular aprovado pelo professor orientador.

g) A aprovação nas disciplinas de laboratório prática de administração, onde estão inseridas as atividades de Estágio Curricular são obrigatórias para a conclusão do curso e terão, no mínimo, 300 horas, distribuídas no 6º; 7º e 8º períodos.

h) O detalhamento do conteúdo das atividades de estágio curricular a serem desenvolvidas constará do Plano de Curso das Disciplinas de Laboratório e do planejamento de execução dos Acadêmicos.

2.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

a) O acompanhamento de estágio será realizado pelo Professor da Disciplina de Laboratório e pelo Professor Orientador , através dos seguintes instrumentos:

I) Aulas estruturadas com atividades típicas de laboratório, em sala de aula ou em espaço preparado para esse fim;
II) Reuniões de acompanhamento entre o Professor Orientador e o Acadêmico, durante o período de realização do estágio;
III) Visitas às empresas onde estão sendo realizadas as atividades de estágio ;
IV) Relatórios parciais, por semestre, e final elaborados pelo discente.

b) Semestralmente os professores da disciplina de laboratório e o orientador realizarão a avaliação do estagiário com base nos relatórios apresentados, conforme a evolução dos períodos e levando em consideração os seguintes critérios:

I) Resultados alcançados, tomando como base o Plano de Estágio aprovado;
II) Coerência e consistência dos relatórios parciais e final, de atividades;
III) Pontualidade e assiduidade do acadêmico nos compromissos relacionados ao estágio;
IV) Qualidade do trabalho de curso elaborado.

c) O trabalho de conclusão deve conter em uma parte de seu relatório os dados obtidos no decorrer das atividades de estágio curricular nas organizações.

d) Para ser aprovado nas disciplinas de laboratório e do Trabalho de Conclusão o acadêmico deve obter, no mínimo, a nota 6,0.

2.3 ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DA DISCIPLINA DE LABORATÓRIO

a) São atribuições do professor da disciplina de laboratório, sem prejuízo das constantes no regimento geral da UNIR e do regimento interno do curso:

I) Cumprir e fazer cumprir essas diretrizes;
II) Indicar os professores orientadores e definir a carga horária para acompanhamento dos acadêmicos nas atividades de estágio curricular, os quais serão designados pelo Departamento;
III) Dar ciência dessas Diretrizes e da legislação que rege o Estágio Curricular aos professores orientadores e acadêmicos;
IV) Propor mecanismos de incentivo à interdisciplinaridade que possam ser implementados nas atividades de laboratórios e estágios;
V) Realizar reuniões periódicas com os professores, a fim de avaliar o desenvolvimento das atividades estágios;
VI) Manter-se atualizado quanto à legislação vigente, propondo as alterações que se fizerem necessárias a essas Diretrizes;

VII) Definir em conjunto com os professores os dias e horários em que os acadêmicos serão atendidos;
VIII) Interagir com as organizações para formalizar parcerias para desenvolvimentos das atividades de laboratório e estágio curricular.

b) São atribuições do Professor Orientador:

I) Prestar a orientação necessária ao acadêmico, para o perfeito desenvolvimento do estágio, nos dias e horários previamente estabelecidos;
II) Orientar ao acadêmico na elaboração do Plano de Estágio;
III) Aprovar o Plano de Estágio elaborado pelo acadêmico;
IV) Comparecer às reuniões convocadas pela Supervisão de Estágio;
V) Realizar visitas às empresas em que os acadêmicos estejam estagiando;
VI) Propor ao Professor da disciplina de laboratório, medidas que possam melhorar o desempenho das atividades de estágio curricular;
VII) Realizar semestralmente a avaliação do acadêmico;
VIII) Encaminhar semestralmente ao Professor da disciplina de laboratório, os relatórios e as notas dos acadêmicos.

c) São atribuições do Acadêmico:

I) Matricular-se nas disciplinas de laboratórios;
II) Elaborar o planejamento das atividades de estágio curricular em consonância com o Plano de Curso da disciplina e assinar o termo de compromisso;
III) Cumprir rigorosamente às atividades previstas no Plano de Estágio ;
IV) Apresentar os relatórios de estágio, nos prazos estabelecidos pelo Professor Orientador;
V) Comunicar ao Professor Orientador, qualquer problema que esteja prejudicando o desenvolvimento do estágio;
VI) Comparecer nos dias e horários agendados com o Professor Orientador, para as atividades de orientação;
VII) Cumprir as normas estabelecidas pela organização concedente do estágio;
VIII) Manter assiduidade nas atividades de laboratório e estágio;
IX) Elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Relatório de Atividades de Laboratório Prática de Administração.

2.4 Operacionalização

a) A operacionalização, representada por procedimentos, fluxos e formulários serão proposto pelo professor da disciplina de laboratório ao Coordenador do Departamento para submissão ao colegiado do curso.

b) Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador do Departamento, ouvido o Conselho do Departamento de Administração;

e) Essas Diretrizes entram em vigor, a partir da aprovação desse Projeto Político-Pedagógico do Curso de Administração, nos conselhos: do Departamento, do Núcleo de Ciências Sociais; da Câmara de Graduação e do Conselho Superior Acadêmico-CONSEA.

Anexo II
Regulamento de Editoração da Revista

Art. 1º Da Finalidade
A Revista de Administração da UNIR tem como finalidade promover a publicação e divulgação dos trabalhos acadêmicos do curso, a nível de graduação e pós-graduação dos pesquisadores, docentes e discentes de administração. A proposição de criação de uma Revista foi para suprir uma lacuna do curso, que é a viabilização da publicação da produção de excelentes trabalhos ao nível de iniciação científica e de final de curso realizados dentro da UNIR pelo corpo acadêmico do curso de Administração nos três Campi, envolvendo ensino, pesquisa e extensão.

Art. 2º. Dos Benefícios
A criação de uma revista para publicação de trabalhos do curso de Administração trará os seguintes benefícios ao corpo acadêmico e à sociedade empresarial como:

- ⇒ Os graduandos terão acesso a uma revista de forma mais fácil para apreciarem seus trabalhos e esse fato também poderá motivá-los a melhorar a qualidade de seus trabalhos e produzir em maior quantidade.
- ⇒ Os alunos poderão comparar a produção científica de iniciação científica do curso com a das demais IES e, conseqüentemente, suscitar entre os professores uma maior criação de projetos de pesquisa e melhoria na capacidade de orientação;
- ⇒ Os professores poderão utilizar-se de artigos para debater com alunos em sala de aula, enriquecendo sua disciplina através da discussão de novas idéias e criação de projetos, e despertando os graduandos para a investigação científica;
- ⇒ O curso de Administração poderá melhorar ainda mais os serviços prestado a comunidade, estabelecendo uma maior relação entre a Universidade e a Sociedade Empresarial, além de disseminar o conhecimento, facilitar seu acesso e incentivar a formação de bons profissionais, atualizados, inovadores e criativos.

Art. 3º Formatação e Acesso a Revista
Os artigos submetidos A Revista de Administração da UNIR deverão apresentar a seguinte formatação:

- ⇒ Os artigos poderão ser redigidos em português, inglês ou espanhol;
- ⇒ A publicação inicialmente será em meio eletrônico, não descartando, no futuro, a impressão em papel da revista, ou pelo menos a impressão de alguns números especiais;
- ⇒ Para acesso eletrônico os acadêmicos dos cursos de administração da UNIR utilizarão a sua senha do SINGU;
- ⇒ Os acadêmicos de outros cursos da UNIR ou de outras IES farão inscrição através de senha específica e recolherão uma taxa semestral simbólica, apenas para manutenção do periódico;
- ⇒ A periodicidade deverá ser trimestral. Reserva-se ao Conselho Editorial a possibilidade de alterar a periodicidade;
- ⇒ Sua distribuição poderá ser composta por artigos diversos relacionados com a grande área de Administração e Gestão de Organizações. O Conselho Editorial poderá criar ou extinguir números temáticos para adaptar-se a produção nacional de artigos.
- ⇒ A revista poderá ter revisores voluntários e de outras áreas da UNIR, os quais deverão enviar seus nomes completos e áreas de atuação.

Art. 4º. Editoração
O formato dos artigos será de responsabilidade dos autores, que entregarão a versão final em formato PDF, pronto para publicação, de acordo com as regras da revista.

Art. 5º. Publicidade
A Revista de Administração da UNIR poderá oferecer aos interessados (Sociedade Empresarial) espaço em suas páginas para a colocação de banners e letreiros com propósitos de "propaganda e publicidade", condicionando o pagamento de uma taxa.
Ao Conselho Editorial será reservado o direito de não aceitar anúncios que conflitem com os padrões éticos e morais da nossa sociedade.
A Revista servirá apenas como um meio de divulgação, não tendo qualquer responsabilidade sobre a qualidade do produto ou serviço anunciado.

Art. 6º. Formatação das Páginas da Revista
As páginas da revista deverão ser desenvolvidas com o objetivo principal de funcionar em qualquer navegador para respeitar as diferenças e a liberdade de escolha de seus visitantes, que poderão estar usando qualquer sistema operacional, qualquer navegador e qualquer configuração de vídeo. Devendo sua construção ser feita por profissional da área de informática da própria UNIR.

Art. 7º. Submissão
Os artigos a serem submetidos deverão atender as seguintes condições:

- ⇒ O artigo deverá ser original e destinado exclusivamente para a Revista de Administração da UNIR, ou seja, não ter sido publicado em nenhum outro veículo de publicação (seja anais de evento, revista ou periódico).
- ⇒ Trabalhos apresentados em eventos poderão ser aceitos desde que não tenham sido publicados integralmente em anais, contudo, deverão ser autorizados, por escrito, pela entidade organizadora do evento, quando

as normas do mesmo assim exigirem, ou em situações especialmente definidas pela comissão editorial da revista.

⇒ Os artigos também poderão estar relacionados diretamente com trabalhos de graduação (não necessariamente de iniciação científica). Por exemplo: a implementação de novo método de processo de trabalho em um setor/área por um aluno de graduação com a finalidade de demonstrar a viabilidade de um método desenvolvido por outro(s) autor(es). O artigo deverá enfocar a implementação e não o método.

Art. 8º. Abrangência dos Assuntos
Os artigos deverão abranger tópicos da Área de Administração e envolver os conteúdos trabalhados no curso e de competência do Administrador como:

⇒ Administração
⇒ Economia
⇒ Empreendedorismo
⇒ Finanças
⇒ Gestão de Organizações
⇒ Gestão Ambiental Empresarial
⇒ Produção
⇒ Projetos Empresariais
⇒ Recursos Humanos
⇒ Sistema de Informação Gerencial
⇒ Teorias Administrativas e Organizacionais
⇒ Turismo; etc.

Parágrafo Único: Não será necessário escolher dentre esses nomes, eles são apenas exemplificações de nomes freqüentemente usados para designar temas da área da Administração.

Art. 9º. Responsabilidade Sobre o Conteúdo dos Artigos
O conteúdo dos artigos, sua organização e referências são de total responsabilidade dos respectivos autores, limitando-se a Revista de Administração realizar avaliação técnico-científica através de seus revisores.

Art. 10º. Estrutura e Conteúdo
O material submetido à Revista de Administração deve possuir afinidade com alguma das seções que a compõe:
Artigos Científicos - artigos realizados como conseqüência de uma investigação científica ao nível de graduação, pesquisa ou pós-graduação, tendo, obrigatoriamente, um orientador habilitado. Estes artigos poderão ter origem em projetos financiados por entidades de fomento à pesquisa, de trabalhos de diplomação de graduação, defesas de trabalhos de pós-graduação entre outros.
Artigos Informativos - artigos realizados como conseqüência de uma investigação ou aplicação envolvendo as tecnologias e teorias existentes, bem como artigos com o

objetivo de informar sobre mercado de trabalho para o administrador, modelos de gestão inovadores, dentre outros.
Informações e Divulgações – eventos diversos como congressos, seminários, oficinas, workshops, feiras, semana de ciência e tecnologia, eventos tecnológicos dentre outros.
Tutoriais - trabalhos informativos, contendo dicas ou explicando como fazer ou usar algo. Deverão ser escritos por um professor ou especialista, voltados para alunos de graduação, ser didáticos e tratar de assuntos bem definidos/delimitados, abordando temas sobre como escrever e estruturar um artigo/monografia, explicar uma área de conhecimento, etc. Um tutorial poderá ensinar como resolver um problema, ou fazer uma referência geral do que tem sido proposto ao resolver um problema, possivelmente acompanhado de uma avaliação crítica segundo critérios claramente estabelecidos.
Cartas – oportunidade de perguntar sobre assuntos ligados à Área de Administração e algum pesquisador, área competente entre outros responde, ou tirar dúvidas particulares relacionadas ao MEC, CAPES, orientação, regulamentação da profissão dentre outros.

Art. 11º. Regras para Submissão
Os trabalhos, para serem submetidos, terão que atender todas as condições abaixo para que possam ser encaminhados aos avaliadores. O não cumprimento de uma das regras invalidará a submissão.

1. O artigo poderá ser escrito em inglês, português ou espanhol.
2. O artigo deverá conter no máximo 20 páginas.
3. Trabalhos submetidos deverão ter sua classificação mencionada: *Artigo Científico*, *Artigo Informativo* ou *Tutorial*.
4. Os Artigos Científicos e Informativos deverão obrigatoriamente ter a co-autoria de um professor orientador, responsável pela coordenação da pesquisa realizada.
5. Qualquer submissão deve ser feita ao endereço da revista.
6. Artigos submetidos para avaliação poderão estar no formato PostScript (.ps) ou no formato Portable Document Format (.pdf). A versão final (para publicação) **deve** ser no formato PDF. Pode-se gerar arquivos no formato PDF em Windows através do programa PDF995, ou do GhostView.
7. A submissão deverá ser feita através de uma única mensagem de correio eletrônico contendo o artigo anexado. O artigo submetido **não** deve conter os nomes dos autores nem o Campus de origem ou qualquer outra referência no corpo do artigo que possa permitir a identificação da autoria do artigo. Os nomes dos autores e suas afiliações devem constar na versão final.
8. O arquivo submetido para avaliação deverá ser nomeado com o título completo do artigo, precedido da palavra "avaliacao". O nome do arquivo não pode conter espaços em branco ou acentos.
   Exemplo:
   O arquivo de submissão do artigo entitulado "Administração Virtual: uma nova tendência" deve ser nomeado como:
   ⇒ **Arquivo para avaliação:**
   "Avaliacao-AdministracaoVirtualumanovatendencia.pdf"
   ou
   "Avaliacao- Administração_Virtual_uma_nova_tendencia.ps"

⇒ **Versão final:**
"CdministraçãoVirtualumanovatendência.pdf"
ou
"Administração_Virtual_uma_nova_tendência.pdf" (observe a obrigatoriedade do formato PDF)

Na mensagem de submissão o autor deverá informar fornecer as seguintes informações no corpo da mensagem (veja o exemplo a seguir):

1. título completo do artigo;
2. versão (avaliação, revisada ou final);
3. tipo de artigo (científico, informativo ou tutorial);
4. nome dos autores, titulação, Campus e Unidade da Federação de origem com endereço;
5. áreas de abrangência do artigo (ver seção Tópicos).
6. Identificação do Orientador(es), a(s) respectiva(s) Instituição e Unidade da Federação;
7. Identificação do trabalho de graduação (tipo e data) e alunos de graduação envolvidos.

O assunto (subject) da mensagem deverá ser o título do artigo. Entende-se por submissão todos os envios de artigo aos editores. O artigo deverá ser submetido três vezes: a) versão inicial para avaliação, b) versão revisada (artigos aprovados com modificações) para aceite final e c) versão final para publicação. Deverão ser identificados o trabalho, o orientador, o orientado e deixado em evidência a relação do artigo com um trabalho de graduação.

Art. 12º. Datas para Submissão
A Revista aceitará submissão de artigos em fluxo contínuo, ou seja, um artigo poderá ser enviado em qualquer data. Tão logo seja aceito, o artigo será divulgado na edição seguinte.
O processo de avaliação (incluindo correções e revisão das correções) poderá se estender por até 8 semanas. Assim, os autores precisarão levar em conta e compreender este prazo se quiserem que o artigo seja publicado numa edição específica. Resumindo, pode-se dizer que para publicação em março, o artigo deverá ser enviado até o inicio de fevereiro; para publicação em junho, o artigo deverá ser enviado até o início de maio, para publicação em setembro, o artigo deverá ser enviado até o início de agosto, e para publicação em dezembro, o artigo deverá ser enviado até o início de novembro.
Após enviar um artigo para avaliação o remetente da mensagem deverá aguardar confirmação de recebimento por até cinco dias úteis. Caso não receba confirmação, deve-se entrar em contato com os editores.

Art. 13º. Avaliação e Julgamento
A periodicidade da revista deverá ser trimestral e a avaliação dos artigos será contínua. Os artigos poderão ser submetidos a qualquer momento, devendo-se apenas observar o

tempo necessário de avaliação em caso de pleitear-se a publicação do artigo em um número específico (ver Datas para Submissão).
Cada artigo será enviado a pelo menos dois membros do corpo editorial (conforme disponibilidade de revisores na área de conhecimento), que se comprometerão a fornecer um parecer em no máximo 45 dias. Este parecer poderá ser: aceitar, recusar, ou aceitar condicionalmente o trabalho. Neste último caso, os autores deverão reescrever e resubmeter o artigo para confirmar a aceitação final.
Todo este processo, que consistirá na recepção, julgamento, notificação aos autores e publicação, será feito de forma eletrônica. Esta forma de trabalho agilizará enormemente o intervalo de tempo entre submissão, aceitação e publicação. A versão final do artigo será também submetida por correio eletrônico.

Art. 14º. Avaliadores
O Corpo Editorial da Revista será composto de voluntários (professores e especialistas), da UNIR, de outras IES locais, regionais, nacionais e internacionais e estará em constante modificação, conforme necessidade. Ao ser recebido, o artigo será enviado aos revisores das áreas indicadas no processo de submissão, que constarem no cadastro da Revista naquele momento. Cada edição da revista trará uma lista de revisores que atuarão na seção *Agradecimento aos Avaliadores*.
A Revista estará sempre necessitando e aceitando novos avaliadores voluntários. Para ser cadastrado como revisor, o profissional da UNIR deverá entrar em contato com os editores, enviando seu nome completo, titulação e área(s) de atuação. A titulação mínima exigida é a especialização.

Art. 15º. Quesitos Avaliados
Abaixo estão discriminados os quesitos a serem considerados na avaliação do artigo:

1. Afinidade com a revista
2. Relevância
3. Originalidade
4. Qualidade Técnica
5. Qualidade da Apresentação
6. Clareza do Conteúdo

Art. 16º. Formulário para Avaliação
O formulário padrão para avaliação de trabalho deverá estar disponível para cópia em formato TXT, conforme a seguir:

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA UNIR

Formulário de Avaliação dos Artigos Submetidos

Revisor:
email: ----------
Artigo: ----------
Escala para esta avaliação
10: Excelente.....: ACEITAR

08: Bom.....: ACEITAR
06: Médio.....: ACEITAR
04: Insatisfatório.: REJEITAR
02: Ruim.....: REJEITAR

CORPO DA AVALIAÇÃO

1) Quesitos Avaliados (0 - 10):
A) Afinidade com a revista .....:
B) Relevância.....:
C) Originalidade.....:
D) Qualidade Técnica.....:
E) Apresentação.....:
F) Clareza do Conteúdo.....:

G) NOTA MÉDIA GERAL.....:

2) Qualidade da Apresentação:
( ) Muito bem escrito
( ) Escrita razoável porém necessita revisões
( ) Revisar totalmente a escrita e/ou organização
( ) Muito difícil de ler/entender
( ) Muito mal escrito

3) Parecer Final:
__ Aceitar
__ Aceitar com modificações (indicar em comentários)
__ Rejeitar para reescrita e resubmissão
(possui qualidade técnica porém está mal escrito)
__ Rejeitar

4) Comentários e modificações indicadas para os EDITORES:

5) Comentários e modificações indicadas para os AUTORES:

Anexo III
Regimento Interno do Curso de Administração.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Os Cursos de Administração instalados nos Campi da UNIR regem-se pelo estatuto e regimento geral da UNIR, por instrumentos de gestão de controle implementados pela Coordenação do Departamento e por normas específicas aprovadas no colegiado do curso, desde que não contrarie as normas gerais da UNIR.

Art. 2º - Os instrumentos de gestão e as normas que venham ser aprovadas e implementadas são partes integrantes deste regimento.

II - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Capítulo I – Do Colegiado

Art. 3º - O Colegiado do Curso de Administração é o órgão de deliberação acadêmica, sendo constituído por:

I – Coordenador do Departamento, como seu presidente;
II – Professores Efetivos do Departamento;
III - Um Representante dos Técnicos lotados no curso;
V – Dois Representantes Discente, eleitos através de processo conduzido pelo Centro Acadêmico do curso.

Parágrafo único. O mandato da representação de técnicos e discentes será de dois anos.

Art. 4º - Caberá ao Colegiado do Curso:

I - Propor o Regimento Interno ou suas alterações;
II – Propor e aprovar o currículo do curso ou suas alterações;
III - Credenciar (e Descredenciar) professores colaboradores e voluntários;
V - Aprovar a programação periódica e propor datas e eventos para o calendário acadêmico a ser enviado à PROGRAD para compatibilização e encaminhamento ao Conselho Universitário;

VI - Aprovar o plano ou os planos de aplicação de recursos disponibilizados pela UNIR ou por agências financiadoras externas à disposição do curso, de acordo com as normas específicas do Conselho Universitário;
VII - Aprovar as indicações efetuadas pelo Coordenador do Departamento para atividades do Curso, como orientação, gestão de projetos e outros trabalhos técnico-acadêmico;
VIII - Propor e aprovar convênios de interesse para as atividades do curso, os quais seguirão a tramitação própria da UNIR;
IX - Decidir sobre a aceitação de alunos especiais e créditos obtidos em cursos de outras IES, levando em conta os termos das normas específicas do Conselho Universitário;
XI - Ratificar as decisões das comissões examinadoras de trabalhos de conclusão e de exame de curso;
XII – Deliberar sobre parecer fundamentado do professor orientador quanto à existência de condições mínimas necessárias ao exame do trabalho conclusão;
XIII - Julgar as decisões do Coordenador, em grau de recurso, a ser interposto no prazo prorrogável de cinco dias úteis, a contar da ciência da decisão recorrida;
XVIII - Aprovar normas específicas que se façam necessárias para a melhoria da qualidade acadêmica do curso previsto ou não no presente regimento.

Art. 5º - As reuniões do Colegiado serão convocadas pelo Coordenador do Departamento ou mediante requerimento da maioria simples dos membros do Colegiado, sempre que necessária com antecedência mínima de 48 horas.

Capítulo II – Da Coordenação

Art. 6º - A Coordenação do Departamento será exercida por um Coordenador, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução, eleitos por processo eleitoral democrático integrado por todos os Docentes do Programa, pelos técnicos e discente, de acordo com as normas da UNIR.

Art. 7º Compete ao Coordenador:

I - Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de programas de graduação e pós-graduação lato sensu;
II - Coordenar as atividades do Departamento;
III - Supervisionar as atividades administrativas da Coordenação;
IV - Elaborar as programações do Curso, submetendo-as à aprovação do Colegiado;
V - Preparar os planos de aplicação de recursos provenientes da UNIR ou de agências financiadoras externas, submetendo-os ao Colegiado;
VII - Emitir portaria designando as comissões, aprovadas pelo Colegiado, para exame dos trabalhos de conclusão do Curso;
VIII - Delegar competência para execução de tarefas específicas;
IX - Decidir "ad referendum" do Colegiado assunto urgente da competência daquele órgão;
X - Elaborar relatórios e prestações de contas anuais para apresentação ao Colegiado.

Art. 8º O sub-Coordenador substituirá o Coordenador nas suas faltas e impedimentos e, no caso de vacância, será desencadeado novo processo eleitoral para escolha de novo coordenador.

Capítulo III – Da Secretaria

Art. 9º. Os serviços de apoio administrativo serão prestados pela Secretaria do Curso, órgão subordinado diretamente ao Coordenador do Departamento e dirigida por um Secretário.

Art. 10º. A Secretaria cabe:

I - Manter atualizada e devidamente resguardada toda documentação do Curso, de forma organizada em arquivos e condições físicas adequadas;
II - Secretariar as reuniões do Colegiado do Curso;
III - Expedir aos professores e alunos os avisos de rotina;
IV - Exercer tarefas próprias de rotinas administrativas e outras que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador;
V - Encaminhar aos órgãos competentes documento e informações.

Capítulo IV – Do Corpo Docente

Art. 11º. O corpo docente será constituído por Docentes Efetivos DE; T-40 e T-20, admitindo-se Professores substitutos e colaboradores-voluntários, desde que estejam devidamente regularizados nos conselhos e cumpram as normas da UNIR. Os Professores visitantes devem fazer parte de projetos específicos e os convidados aprovados pelo Coordenador do Departamento, para atividades pontuais e programadas.

Capítulo V – Da Freqüência e Avaliação do Aproveitamento Escolar

Art. 12º. A freqüência é obrigatória e não poderá ser inferior a 75 % (setenta e cinco por cento) da carga horária programada, por disciplina ou atividade.

Art. 13º. O aluno só poderá ingressar em trabalho de conclusão após concluir todas as disciplinas previstas até o 4º. período do curso.

Art. 14º. O Colegiado, definirá as normas de acesso de alunos especiais, conduta e avaliação dos discentes.

Art. 15º. O desempenho de um aluno será considerado insatisfatório quando não alcançar a média 6,0 no final de cada semestre, por disciplina.

Art. 16º. O discente deve atender os chamados para participar do sistema de avaliação do curso promovido pelo Departamento, UNIR, MEC.

IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º. Após, 6 meses de implementado e, a partir da adoção de procedimentos e instrumentos de gestão no Departamento, este regimento interno deve ser revisado e colocado a apreciação do colegiado do curso para aprovação, devendo ser submetido, também, ao Conselho do Núcleo de Ciências Sociais.

Art. 42. Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador do Departamento e pelo Colegiado do Curso, conforme o caso.